



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**HISTÓRIA - AMÉRICA LATINA**

**LITERATURA, VIOLÊNCIA SEXUAL E AUTORIAS FEMININAS NA ÁFRICA DO  
SUL: O CASO DE SEM GENTILEZA (2016), DE FUTHI NTSHINGILA**

**JULIANA MENDES SÁ**

Foz do Iguaçu  
2025



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**HISTÓRIA - AMÉRICA LATINA**

**LITERATURA, VIOLÊNCIA SEXUAL E AUTORIAS FEMININAS NA ÁFRICA DO SUL: O  
CASO DE SEM GENTILEZA (2016), DE FUTHI NTSHINGILA**

**JULIANA MENDES SÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Evander Ruthieri da Silva

Foz do Iguaçu  
2025

JULIANA MENDES SÁ

LITERATURA, VIOLÊNCIA SEXUAL E AUTORIAS FEMININAS NA ÁFRICA DO SUL: O CASO DE SEM GENTILEZA (2016), DE FUTHI NTSHINGILA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Evander Ruthieri da Silva  
UNILA

---

Prof. Dra. Julia Batista Alves  
UNILA

---

Profa. Dra. Naiara Krachenski Stadler  
UNESPAR

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Dedico este trabalho a todas as mulheres negras que morreram com o vírus HIV-AIDS e a minha mãe, Maria dos Humildes Mendes Sá, que também teve sua vida ceifada.

## AGRADECIMENTOS

A vida é permeada por mistérios indecifráveis e, por vezes, inconsoláveis. Esta pesquisa, portanto, não existiria se a própria vida não tivesse sido implacável com minha mãe. Portanto, agradeço, primeiramente, à sua existência finita nesta terra e à brevidade de sua presença ao meu lado. As lacunas deixadas pela invisibilidade de sua existência marcaram-me de tal forma que passei a sonhar com o seu cheiro, com diálogos que nunca aconteceram, com toques que jamais me foram permitidos. Às vezes, me pego pensando que vivi mais do que ela e, por isso, talvez eu esteja vivendo o que chamam de lucro da vida.

Mas, ao olhar as poucas fotos que temos juntas, percebo que posso enxergar os seus sonhos refletidos em mim. Posso projetar cada um de seus desejos em minha trajetória e tentar, ao menos em parte, realizá-los fazendo com que seu nome seja eternamente lembrado, ainda que apenas por mim. Te amo e sempre te amarei, Maria dos Humildes Mendes Sá.

Urge, contudo, insculpir o conjunto de vozes que fizeram parte no decorrer do tempo desta pesquisa a inelegível presença daqueles que, no cadenciar da existência, tangenciam meu ser, depositando em minha alma a singular marca de seus existires. Aos meus colegas que conheci durante o transcorrer dos rios e que nas lutas diárias pudemos compartilhar a mesma vivência acadêmica. A mesma revolta em busca de uma mudança dentro e fora dos muros de um sistema que parece ser inabalável, mas, a coletividade pode mudar as nossas histórias. Obrigada pelas dicas e por se fazerem presentes nos momentos de escrita. Agradeço imensamente ao meu orientador, Evander Ruthieri Saturno da Silva, pois ao compartilhar minha ideia de pesquisa, deu-se como determinado a me ajudar e compartilhar seus conhecimentos sobre a literatura africana.

Assim como o curso natural das ondas do mar e das correntes dos rios, a existência percorre seu fluxo inevitável rumo à finitude. Contudo, em meio às tempestades do tempo e à imensidão que separa os oceanos, encontrei o navegador Nelson Rocha Neto. Apesar das remadas contrárias e das marés desfavoráveis, ele fez despertar em mim uma amizade tão sincera quanto estranhamente bela. A ti, meu navegador de mares preferido, deixo minha gratidão mais profunda.

## RESUMO

A pesquisa tem como objetivo realizar uma análise, sob uma perspectiva histórica, do romance *Sem Gentileza* (2014), da escritora sul-africana Futhi Ntshingila. A obra, ambientada entre as décadas de 1980 e 1990 período marcado pelo regime do apartheid na África do Sul oferece um terreno fértil para a problematização da narrativa histórica contemporânea, evidenciando os impactos da segregação racial, da violência sistêmica, da marginalização da população negra e do imaginário das mulheres negras sul-africanas sob o temor da pandemia do HIV-AIDS. Este estudo propõe-se a investigar, especificamente, as representações literárias da violência sexual e da pandemia do HIV/AIDS, articulando tais temas com a produção literária africana de autoria feminina. Para tanto, serão mobilizados os aportes teóricos das autoras Conceição Evaristo, Vilma Piedade e Scholastique Mukasonga, cujos conceitos de *Escrevivência*, *Dororidade* e *Imaginário* permitirão iluminar criticamente as trajetórias das personagens Zola e Mvelo. Assim, a pesquisa pretende contribuir com o debate sobre as formas de resistência, memória e reexistência que atravessam a literatura produzida por mulheres negras no contexto pós-colonial.

**Palavras-chave:** Sem Gentileza, Futhi Ntshingila, HIV-AIDS, Escrevivência, Dororidade.

## ABSTRACT

This research aims to conduct an analysis, from a historical perspective, of the novel *Sem Gentileza* (2014), written by South African author Futhi Ntshingila. Set between the 1980s and 1990s—a period marked by the apartheid regime in South Africa—the work provides fertile ground for problematizing contemporary historical narratives, highlighting the impacts of racial segregation, systemic violence, the marginalization of the Black population, and the imaginaries of Black South African women under the fear of the HIV/AIDS pandemic. This study specifically seeks to investigate the literary representations of sexual violence and the HIV/AIDS pandemic, articulating these themes with African literary production by female authors. To this end, the theoretical contributions of Conceição Evaristo, Vilma Piedade, and Scholastique Mukasonga will be employed, whose concepts of *escrevivência*, *dororidade*, and *imagination* offer critical tools to illuminate the trajectories of the characters Zola and Mvelo. Thus, the research intends to contribute to the broader debate on resistance, memory, and reexistence as expressed in literature produced by Black women in postcolonial contexts.

**Keywords:** *Sem Gentileza*; Futhi Ntshingila; HIV/AIDS; *escrevivência*; *dororidade*.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>1. A ORIGEM DO APARTHEID NA ÁFRICA DO SUL E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO RACISMO (1949-1994)</b> .....	12
1.2. O apartheid e suas raízes ideológicas.....	20
1.3. Vulnerabilidade e silenciamento: o impacto do racismo institucionalizado sobre as mulheres negras na epidemia do HIV/AIDS na África do Sul.....	27
<b>2. FUTHI NTSHINGILA E O ROMANCE SEM GENTILEZA</b> .....	37
2.1. Análise da Autora e da obra “Sem gentileza”.....	37
2.2. A perda prematura de mães na pandemia de HIV/AIDS: um olhar a partir de Zola e Mvelo.....	39
2.3 A maternidade em contextos de vulnerabilidade: reflexões sobre as experiências de Zola e Mvelo durante a pandemia de HIV/AIDS.....	46
2.4 O abuso sexual sofrido por Mvelo: o encontro trágico da realidade e a literatura.....	51
<b>3. A CONEXÃO ENTRE ROMANCISTAS MULHERISTAS E A ESCRITA DE FUTHI NTSHINGILA: VOZES, NARRATIVAS E RESISTÊNCIA</b> .....	53
3.1 Conceição Evaristo.....	53
3.2 Vilma Piedade.....	57
3.3 Scholastique Mukasonga, a escrevivência de mvelo e suas memórias traumáticas.....	59
3.4 Maria dos Humildes Mendes Sá.....	67
3.4.1 Fragmentos da minha subjetividade na relação com minha mãe, vítima do HIV/AIDS em 1989.....	68
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	71
<b>FONTES</b> .....	73
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	73





## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo primordial realizar uma análise, sob uma perspectiva histórica, do romance intitulado "Sem Gentileza", cuja publicação original remonta ao ano 2014, sendo de autoria da romancista sul-africana Futhi Ntshingila. Esse campo literário fornece substratos pertinentes à problematização da narrativa histórica contemporânea na África do Sul, sobretudo dada sua ambientação entre as décadas de 1980 e 1990, período assinalado pela vigência do apartheid e por processos de segregação, violência e marginalização endêmica da comunidade negra. A partir deste recorte espaço-temporal, a investigação propõe-se a focalizar nas representações literárias da violência sexual, no relacionamento entre mãe e filha durante a pandemia do vírus HIV/AIDS, conferindo destaque à produção literária africana e à autoria feminina.

Neste viés, delinea-se como questão central da pesquisa a compreensão, a partir do romance "Sem Gentileza", da construção do sentimento de temor que permeava o imaginário social sul-africano acerca da violência sexual e da disseminação viral, em contraposição ao contexto histórico marcado pelas injustiças perpetradas pelo *apartheid*. Paralelamente, busca-se investigar o protagonismo feminino, bem como o papel político desempenhado pelas escritoras sul-africanas, a exemplo de Futhi Ntshingila, na denúncia das violências de gênero, de classe e raciais na contemporaneidade africana. Ademais, outra problemática a ser contemplada na pesquisa refere-se ao papel da maternidade nas fontes elencadas, especialmente no que concerne à relação entre maternidade e resistência frente às disparidades sociais e violências cotidianas.

Assim sendo, o contexto abordado nesta proposta de pesquisa encontra-se diretamente atrelado à contemporaneidade sul-africana, notadamente no período permeado pelo apartheid e pelas resistências contrárias ao regime segregacionista - temas que serão igualmente explorados ao longo do estudo. Vale ressaltar que o *apartheid* foi um regime de segregação racial instituído na África do Sul entre 1948 e 1994, promovendo a segregação e discriminação sistemática dos negros pelo governo nacionalista dominado pela minoria branca.

A pesquisa assenta-se em um diálogo teórico-metodológico entre a História e a Literatura, visando compreender o papel da literatura na construção de representações e imaginários sociais. No que concerne aos aportes teóricos e historiográficos à revisão bibliográfica geral, a pesquisa dialoga com a historiografia africana e com autoras brasileiras, notadamente nos campos da história social e da história das mulheres, visando uma

compreensão mais aprofundada do contexto sul-africano contemporâneo. Desse modo, a pesquisa se aproxima de obras como, por exemplo, "África do Sul: História, Estado e Sociedade" (2010), de Paulo Visentini e Analúcia Pereira, que fornecem subsídios sobre o panorama político na África do Sul.

Para abordar a temática das violências sexuais na África contemporânea, serão considerados os estudos como, por exemplo, "Silêncio Atordoante: Dos Relatos de Violência Sexual em Contexto de Guerra Civil ao Dever de Memória" (2023), de Silvio Marcus Correa; e "Mulher Moçambicana: Cultura, Tradição e Questões de Gênero na Feminização do HIV/SIDA" (2021), de Hélio Bento Maungue, que tratam de questões de gênero, sexualidade e violência sexual na contemporaneidade africana. Ainda que tais obras não sejam específicas à realidade sul-africana, a bibliografia selecionada permite uma reflexão sobre a questão da violência sexual em um contexto transnacional. Também investigaremos o problema delineado as representações da violência sexual e da epidemia do HIV/AIDS na literatura sul-africana contemporânea, e, para isso, usaremos a intersecção de dois campos de conhecimento: a Literatura e a História, em especial, para pensar na literatura enquanto fonte de conhecimento histórico. Segundo a historiadora Sandra Jatahy Pesavento, tanto a disciplina histórica quanto a literatura possuem a capacidade de veicular saberes e percepções acerca do mundo e das vivências humanas.

Para delimitar a discussão acerca da mortalidade materna prematura no contexto da pandemia de HIV/AIDS, a pesquisa recorrerá brevemente ao artigo 'Crianças órfãs e vulneráveis pelo HIV no Brasil: onde estamos e para onde vamos?', de autoria de Ivan França-Junior, Marlene Doring e Isete Maria Stella. Este referencial é essencial por tratar da questão da orfandade infantil causada pela infecção do vírus.

No que se refere à revisão bibliográfica específica, ao efetuar um levantamento em bases de dados acadêmicos, tais como o Google Acadêmico e a Plataforma Scielo, constata-se uma escassez de estudos acerca do romance "Sem Gentileza". Os poucos estudos identificados concentram-se, predominantemente, na área da crítica literária. Destacam-se, por exemplo, a tese de doutorado intitulada "Trajetórias de Mulheres em Romances Contemporâneos: Imbricações entre Literatura, História e Feminismo nas Obras de Paulina Chiziane, Sefi Atta e Futhi Ntshingila", de autoria de Stela Saés (2022), defendida no Programa de Estudos Comparados em Literatura de Língua Portuguesa na USP, e que analisa temas como maternidade, amizade, organizações familiares, violências sistêmicas, religião, cultura e atuação neoliberal no continente africano a partir de uma abordagem comparativa.

Além disso, foram identificados dois artigos pertinentes ao tema em questão: o

primeiro, intitulado "O Narrador de Futhi Ntshingila no Romance Sem Gentileza", de autoria de Ronelson Campelo Silva, publicado na revista "Literatura, História e Memória" em 2022; e o segundo, intitulado "Becos sem Gentileza da Memória Espaços, Urgências e Carências em Romances de Evaristo e Ntshingila", de autoria de Aline de Mello Sanfelici e Janice Inês Nodari, veiculado na Revista "Aletria" no mesmo ano. Estes textos fornecerão aportes significativos para a análise proposta, embora a recenticidade das publicações sugira uma temática de relevância e ineditismo.

Considerando a bibliografia existente, a presente pesquisa visa suprir uma lacuna nos estudos sobre o tema, por meio da análise do romance "Sem Gentileza", abordando os recortes temáticos mencionados anteriormente: o temor do contágio, a violência sexual e a maternidade. Ressalta-se, ainda, a relevância política e social do tema, especialmente no que tange ao enriquecimento dos estudos sobre história e culturas africanas, em consonância com as demandas advindas da legislação brasileira, sobretudo no que concerne à Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História da África e História e Cultura Afro-brasileira.

A hipótese que norteará nossa pesquisa é fundamentada nas memórias, experiências e vivências cotidianas de mulheres negras na África do Sul em contextos marcados durante o período da epidemia de HIV/AIDS. Frente às disparidades socioeconômicas, condições de pobreza e os encargos associados à maternidade, também se manifestava o imaginário cotidiano em relação à possibilidade de transmissão do HIV/AIDS. Essas mulheres negras serão figuradas por meio de personagens fictícias que vivem na África do Sul. O propósito deste estudo histórico é investigar as memórias e experiência da evolução das relações das mulheres negras em meio a um contexto de desigualdades sociais e construções imaginárias que influenciavam suas percepções e trajetórias.

Compreender as complexidades das desigualdades de gênero durante as décadas de 1980 e 1990, particularmente no contexto da epidemia do HIV/AIDS, demanda uma análise multifacetada das estruturas sociais, econômicas e políticas que influenciaram as vivências das mulheres, especialmente as mulheres negras. Durante esse período temporal, as mulheres enfrentaram uma série de obstáculos distintos e intrincados. Para além das preocupações relacionadas à saúde, como a ameaça de infecção pelo HIV/AIDS, elas confrontaram a discriminação de gênero em diversas esferas da vida, incluindo disparidades no acesso aos serviços de saúde, oportunidades educacionais, inserção no mercado de trabalho e exercício dos direitos reprodutivos.

A propagação do HIV/AIDS exacerbou essas disparidades preexistentes, uma vez

que muitas mulheres assumiram responsabilidades de cuidado em suas comunidades, assistindo a membros doentes da família e amigos, expondo-se, conseqüentemente, a um maior risco de infecção, além de enfrentar estigma e marginalização associados à doença. Ademais, as estruturas sociais e culturais desempenharam papel crucial na forma como as mulheres enfrentam a epidemia. Normativas de gênero rígidas e estereótipos sociais frequentemente restringiam a capacidade das mulheres de buscar assistência médica, procurar apoio social e tomar decisões autônomas em relação à sua saúde e bem-estar. Assim, a interseção entre as desigualdades de gênero, raça/etnia e classe social, conforme pensado pela teórica afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw (2004) é fundamental para compreender as experiências das mulheres nesse contexto. As mulheres negras, em particular, enfrentaram múltiplas formas de opressão e discriminação, refletidas nas taxas mais elevadas de infecção pelo HIV/AIDS, aqui focado nas mulheres africanas, na falta de acesso a recursos e na marginalização social e que podemos analisar as desigualdades de gêneros existentes naquele período.

Essa intersecção entre história e literatura é crucial para uma compreensão abrangente e contextualizada do passado, permitindo uma abordagem crítica da investigação histórica. Este estudo será norteado por conceitos históricos essenciais, a saber: imaginário e representações, em diálogo com a História Cultural. Adicionalmente, empregaremos a “Escrivência”, proposta por Conceição Evaristo, a “Dororidade”, de Vilma Piedade, e uma concisa abordagem da ‘Necropolítica’, de Achille Mbembe. No contexto da perspectiva discursiva das escritoras negras, será empreendida uma análise que se fundamentará em obras fictícias e teóricas, elaboradas a partir da experiência vivencial do complexo universo das disparidades que afetam as mulheres negras. É importante ressaltar que a análise da obra “Baratas”, da escritora ruandesa Scholastique Mukasonga, examinará a dimensão da memória traumática e os mecanismos para a visibilização de mulheres à margem da sociedade.

Portanto, a intersecção entre literatura e História, especialmente quando focada nas vivências das mulheres afrodescendentes, enriquece não apenas o campo acadêmico, mas também oferece uma plataforma essencial para o empoderamento e a visibilidade dessas vozes historicamente silenciadas. Essa perspectiva interdisciplinar promove uma compreensão mais abrangente e enriquecedora do passado, destacando a importância da diversidade e da multiplicidade de narrativas na construção do conhecimento histórico e cultural.

É importante destacar que, ao longo da pesquisa, tornou-se fundamental evidenciar as subjetividades das mulheres negras sul-africanas, as quais se articulam com experiências vividas por outras mulheres negras em distintos contextos espaço-temporais.

## 1. A ORIGEM DO APARTHEID NA ÁFRICA DO SUL E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO RACISMO (1949-1994)

Embora seja impossível modificar o curso dos acontecimentos históricos, é plenamente viável extrair deles aprendizados significativos, os quais oferecem subsídios valiosos para a reflexão crítica e o aprimoramento contínuo das sociedades. A análise das experiências pretéritas permite à humanidade não apenas compreender, de forma mais aprofundada, os acertos e equívocos cometidos, mas também identificar fontes de inspiração que podem orientar e enriquecer o desenvolvimento futuro. Ademais, essa abordagem fornece instrumentos para a interpretação de contextos históricos específicos e para a compreensão dos comportamentos humanos neles inseridos.

Dessa forma, a história não se limita a um registro estático do que já ocorreu, mas se torna um campo fértil para a construção de novos conhecimentos e para a formulação de estratégias inovadoras que podem influenciar positivamente o presente e o futuro. Entretanto, é fundamental delinear os percursos históricos que possibilitam a compreensão dos processos que não apenas conduziram, mas também permeiam as estruturas sociais ocupadas pelas populações negras na África do Sul, culminando em sua persistente condição de extrema pobreza. A historiadora Analúcia Danilevitz Pereira<sup>1</sup> contextualiza as raízes dessas desigualdades sociais remontando ao século XIX, enfatizando que tais disparidades estão intrinsecamente ancoradas na lógica da segregação racial. Segundo Pereira: “Na formulação de seus intelectuais e na exploração dos políticos, a história do Apartheid tem início pouco antes de 1948. No entanto, a da segregação antecede essa data em muito, e não são poucos os analistas que localizam suas raízes no século XIX” (PEREIRA, 2011, p. 121).

A historiadora Leila Leite Hernandez<sup>2</sup> também enfatiza a importância de se compreender o processo das hierarquias de poder às quais a África do Sul esteve submetida por diversas décadas principalmente o processo colonial e o estabelecimento de legislações segregacionistas nas últimas décadas do século XIX. Nesse sentido, a autora aponta que: “No caso da África do Sul, uma análise adequada da correlação de forças requer, antes de tudo,

---

<sup>1</sup> Professora de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado Maior do Exército/ECEME. É Doutora em História pela UFRGS com Especialização em Processos de Integração na Ásia, Europa e América Latina pela Universiteit Leiden - Holanda. Coordenadora do Centro Brasileiro de Estudos Africanos.

<sup>2</sup> Possui graduação (1971) e doutoramento (1993) em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Mestrado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1980). Desde 1998 é docente e pesquisadora de História da África do D.H da FFLCH-USP e desde 2005, Professora Livre-Docente.

entender o processo contestatório em suas particularidades históricas, o que implica contextualizá-lo estrutural e conjunturalmente” (HERNANDEZ, 2008, p. 246).

É nesse contexto que, ao longo dos séculos XIX e XX, a África do Sul tem sido palco de processos contínuos de violência e opressão, cujas raízes devem ser compreendidas no contexto histórico em longa duração. Após consolidarem o controle político na África do Sul, os boêres institucionalizaram o *apartheid* como um sistema oficial de segregação racial na década de 1940. Esse regime foi estabelecido com o objetivo de preservar a supremacia branca e garantir a manutenção dos privilégios econômicos e sociais da minoria europeia, em detrimento da maioria negra.

A institucionalização do *apartheid* não representou apenas uma continuidade das práticas racistas já presentes no período colonial, mas também formalizou a exclusão sistemática das populações negras, indígenas e mestiças por meio de um complexo arcabouço jurídico e administrativo que regulamentava o acesso desigual a direitos civis, políticos e econômicos. A exclusão da população negra, por exemplo, ocorreu por meio de legislações que visavam, em primeiro lugar, à apropriação de suas terras, bem como à sua marginalização das práticas civis e da participação na vida pública (HERNANDEZ, 2008, p. 249). Dessa forma, o *apartheid* consolidou-se como um regime de opressão racial estruturado pelo Estado, cuja perpetuação se baseava na exploração econômica e na subordinação política das populações não brancas.

A construção da narrativa histórica frequentemente reflete os interesses e perspectivas daqueles que detêm o poder dominante, resultando em uma representação da história que pode ser parcial ou enviesada. No caso do *apartheid* na África do Sul, por exemplo, a historiografia oficial muitas vezes falha em reconhecer a influência significativa do colonialismo europeu sobre o sistema de segregação racial estabelecido no século XX. Segundo Carlos Evangelista Veneriano<sup>3</sup>, o *apartheid* foi financiado por bancos europeus e afirma que: Embora a história oficial omita, sabemos que os ingleses foram financiadores do *apartheid*, já que o banco da Inglaterra custeava todos os atos do governo sul-africano (VERIANO, 2012, Online)

Com isso o *apartheid* não emergiu de maneira isolada, mas foi profundamente moldado pelas estruturas coloniais impostas por potências europeias na África. Essas potências europeias, ao estabelecerem colônias e dominarem vastas áreas do continente africano, criaram sistemas políticos, econômicos e sociais que perpetuam a desigualdade

---

<sup>3</sup> Possui graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1984), graduação em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário Newton de Paiva (1985) e mestrado em História - Unicamp (2001).

racial e social. A narrativa histórica dominante frequentemente minimiza ou ignora essa conexão, apresentando o apartheid como um fenômeno autônomo, desvinculado de seu contexto histórico colonial. Essa omissão compromete uma compreensão plena das origens e das dinâmicas que possibilitaram o desenvolvimento e a perpetuação do apartheid, e evidencia a necessidade de uma reavaliação crítica das narrativas históricas oficiais para incluir essas dimensões frequentemente negligenciadas

O *apartheid* tem raízes na colonização europeia, iniciada sobretudo na segunda metade do século XVI, quando os holandeses chegaram na cidade do Cabo. É relevante enfatizar a complexidade e a originalidade dos brancos sul-africanos, em particular dos bôeres, descendentes de colonos holandeses, alemães e franceses, que encontrando-se contrários às novas leis britânicas, promoveram um grande êxodo nas primeiras décadas do século XIX, que ficou conhecido na historiografia colonial como *Grande Trek*<sup>4</sup>.

A tese central é que, devido a eventos históricos específicos, esses indivíduos desenvolveram uma identidade distinta, afastando-se de suas origens europeias e passando a se perceber como africanos, pertencentes a uma nacionalidade autóctone. Contudo a resistência dos bôeres para sobreviver nas adversidades consequentes dos conflitos entre holandeses e ingleses, resultaram em um profundo sentimento de superioridade em relação aos povos que consideravam inferiores. Esse processo de construção identitária foi marcado por uma percepção hierárquica que colocava os africanos nativos em uma posição subalterna. Uma das características que inferiorizavam os negros dos brancos era a crença que a igualdade entre negros e brancos era uma forma de contrariar a Deus, e com isso, preservar as “diferenças naturais” de raça se fazia necessário para a preservação de suas culturas. Por esse motivo, a ideia de igualdade entre brancos e negros passou a ser considerada humilhante, especialmente nas esferas estatais, por parte daqueles que fundamentavam seus valores na fé cristã. A esse respeito, afirma-se o seguinte: “Em síntese, essa igualdade, tanto na Igreja quanto no Estado, significava uma intolerável humilhação para qualquer cristão (HERNANDEZ, 2008, p. 246).

A migração dos bôeres, que teve como um dos motivos a não aceitação da proibição do comércio de escravos, rumo ao interior do continente, sobretudo nas primeiras décadas do século XIX e a consequente necessidade de adaptação às novas condições, consolidaram entre os bôeres a ideia de que sua capacidade de sobrevivência e organização os

---

<sup>4</sup> Em africâner “Grande Jornada” Termo utilizado para se referir às migrações de populações brancas nas primeiras décadas do século XIX, principalmente nos anos de 1830, que partiram da Colônia do Cabo (no sul) rumo ao interior do subcontinente sul-africano.

tornava superiores. A conquista de novos territórios pelos boêres foi marcada por desafios significativos.

Um dos principais obstáculos enfrentados foi a presença dos zulus, cuja expulsão se tornou um passo crucial para a expansão territorial. Esse processo, no entanto, não se restringiu apenas ao confronto direto, mas também exigiu o aperfeiçoamento das capacidades militares dos boêres. A necessidade de aprimorar táticas e estratégias de combate foi fundamental para assegurar o controle da região, demonstrando que a dominação territorial esteve intrinsecamente ligada ao desenvolvimento das habilidades bélicas.

Além das questões militares, outro fator que facilitou a expansão boer foi o uso da mão de obra negra. Após subjugar os zulus, os boêres exploram sistematicamente o trabalho dos africanos, transformando-os em uma força de trabalho essencial para a consolidação de sua presença na região, “Contudo os boers desejavam fugir da autoridade do governo inglês, buscando conquistar terras e derrotar os chefes bantos, escravizando a população negra” (RIBEIRO; VISSENTINI, 2010, p. 32).

A consequência imediata da conflagração bélica resultou na pauperização de milhares de fazendeiros africânderes. Contudo, sua identidade racial branca engendrou uma persistente crença na sua superioridade hierárquica em relação à população negra africana, demonstrando a intrínseca imbricação entre a identidade racial e as estruturas de poder vigentes no contexto pós-conflito (HERNANDEZ, 2008, p. 249).

Com isso, a exploração da mão de obra negra permitiu não apenas o desenvolvimento econômico das fazendas e minas controladas pelos boêres, mas também reforçou a hierarquia racial que se consolidaria posteriormente no regime do apartheid. Dessa forma, a conquista territorial e a exploração econômica estavam profundamente interligadas, estabelecendo uma dinâmica de dominação que moldaram as relações sociais na África do Sul por décadas.

Com a derrota para os britânicos logo após a invasão destes nas terras dos africânderes ocorreu uma guerra que durou até 1901 que levou à miséria fazendeiros africânderes. Esses fazendeiros foram obrigados a trabalhar nas minas ou fábricas, e claro, junto com os negros. Apesar de sua condição de pobreza e de desempenharem funções de mão de obra para os ingleses, os brancos acreditavam possuir o direito de viver segregados dos negros (HERNANDEZ, 2005, p. 249).

Essa segregação não se limitava ao espaço geográfico, mas também envolvia a busca por melhores oportunidades de emprego e salários mais elevados. A discrepância no nível de intolerância racial entre as regiões da África do Sul, durante o período colonial e a

implementação do apartheid, revela abordagens distintas à segregação racial. Na província do Cabo, as práticas de separação racial mostravam-se mais brandas, com menor incidência de violência e discriminação aberta contra a população negra. Contudo, não era a intensidade do racismo que diferenciava a forma como os negros eram tratados pelos africânderes, mas sim a maneira como esse racismo se manifestava. Nesse sentido, Leila Leite Hernandez afirma: Na verdade, o que dava o tom da diferença não era a natureza do racismo mas o grau em que era praticado. Tanto os territórios dominados pelos ingleses como pelos bôeres eram racistas (HERNANDEZ, 2005 p. 249).

Por outro lado, nas províncias controladas pelos bôeres, especialmente em Orange Free State e no Transvaal, descendentes de colonizadores holandeses, sob a liderança do general Jan Smuts<sup>5</sup>, as políticas segregacionistas eram significativamente mais radicais, apoiadas em ações violentas para assegurar a manutenção da separação racial (HERNANDEZ, 2008).

Uma construção imaginária que permeava suas mentalidades, marcada pelo temor de serem subjugados pela maioria negra. Esse receio de perder seus privilégios, especialmente no que tange ao controle sobre os espaços de trabalho e o poder público, gerou uma reação de desespero entre a minoria branca. Tal medo exacerbado contribuiu para a legitimação do apartheid, banalizando os horrores e as violências cometidas em nome da preservação de seus direitos e domínios. Esse receio de perder seus privilégios, especialmente no que tange ao controle sobre os espaços de trabalho e o poder público, gerou uma reação de desespero entre a minoria branca. Tal medo exacerbado contribuiu para a legitimação do apartheid, banalizando os horrores e as violências cometidas em nome da preservação de seus direitos e domínios (LORENZ, 2019, p. 135).

Esse cenário evidenciava que as províncias bôeres, no interior da África do Sul, adotavam uma postura mais extremista, recorrendo à violência como estratégia para sustentar a segregação e garantir a supremacia branca. Assim, essas regiões demonstravam um comprometimento explícito com a preservação dos privilégios raciais dos brancos, oprimindo sistematicamente a população negra e reforçando a estrutura desigual da sociedade sul-africana. A consolidação do regime de segregação racial na África do Sul foi fundamentada na institucionalização de um aparato legal voltado à manutenção da hegemonia branca.

A partir de uma ideologia racial supremacista, a elite branca sul-africana implementou um conjunto de medidas legislativas que formalizaram a exclusão e

---

<sup>5</sup> Jan Christian Smuts foi político, líder militar, filósofo e estadista sul africano. Durante a Guerra dos boers, ele negociou a favor dos boers na Conferência de Paz em Vereeniging.

subordinação da população negra, sobretudo após a unificação do estado moderno sul-africano em 1910. Nesse sentido, o *Native Land Act* de 1913 e o *Color Bar Act* de 1926<sup>6</sup> (HERNANDEZ, 2008, p. 249), destacam-se como dispositivos jurídicos que inauguraram a privação dos direitos políticos da população negra, notadamente o direito ao sufrágio. O *Native Land Act*, em especial, impôs severas restrições à posse de terras, limitando-a àqueles com direitos políticos, o que efetivamente excluía os negros, reforçando sua marginalização territorial e socioeconômica.

Em 1950, logo após a vitória do Partido Nacional, que representava os interesses das elites branca, foi imposta uma das principais medidas que deu início ao processo de segregação racial na África do Sul. A Lei de Registro da População, ou *Population Registration Act*, foi uma das legislações mais importantes que alicerçaram o sistema de apartheid na África do Sul. Sancionada em 1950, essa normativa estabeleceu a classificação compulsória de todos os cidadãos sul-africanos em grupos raciais distintos: brancos, negros (africanos) e "de cor" (*coloured*), com a posterior inclusão de indivíduos de origem asiática, principalmente de ascendência indiana:

Além disso, todos os negros deveriam depender administrativamente de uma reserva, de acordo com a sua origem étnica. Para isso, foram criadas nove reservas de terras que, uma vez avaliadas como inúteis para os brancos, tornaram-se disponíveis para acomodar oito grupos etnoculturais (HERNANDEZ, 2008, p. 254).

Essa categorização racial não se limitava a uma mera formalidade administrativa; ela era determinante para a distribuição de direitos civis, acesso a oportunidades econômicas e para a mobilidade social, segregando a população com base em características fenotípicas e origem étnica. O processo de categorização racial se baseava em critérios subjetivos e frequentemente inconsistentes, como traços físicos, linhagem utilizando de uma certa noção de "tribo" e até o reconhecimento social dentro de determinado grupo racial. Essas diretrizes arbitrárias resultaram em situações nas quais membros de uma mesma família eram classificados em categorias raciais diferentes, causando rupturas e fragmentações sociais.

Assim, a Lei de Registro da População se constituiu em um mecanismo essencial para consolidar e institucionalizar a segregação racial em todas as esferas da vida social e política, regulando onde os indivíduos poderiam residir, trabalhar, estudar e com quem poderiam estabelecer relações interpessoais. A população negra era controlada dentro do seu

---

<sup>6</sup> *Native Land Act* de 1913 e *Color Bar Act* de 1926: legislações que restringem os direitos individuais, sociais e políticos da população negra sul-africana. Para aprofundamento, recomenda-se a obra de Leila Leite Hernandez, *A África na sala de aula: Visita à história contemporânea*.

próprio território. Esse episódio é representado na obra literária “*Sem gentileza*”, a qual será analisada com maior profundidade nos capítulos subsequentes. A autora relata que uma das personagens antagonistas esteve presente e vivenciou diretamente as leis promulgadas durante o regime do apartheid. Essa experiência é evidenciada em um trecho específico da narrativa, no qual Zimkitha adentra um bar onde a entrada de pessoas negras era expressamente proibida: “Nós éramos apenas rostos brancos bebendo cerveja, e você estava com suas amigas, brancas liberais, causando encrenca ao entrar em um bar onde você sabia que sua entrada não era permitida” (NTSHINGILA, 2016, p. 84).

A Lei da Imoralidade, conhecida como “*Immorality Act*”, foi uma das legislações mais emblemáticas do regime de segregação na África do Sul, promulgada pela primeira vez em 1927 e posteriormente expandida ao longo das décadas seguintes. Esse episódio é representado dentro da literatura no livro *Sem gentileza*, que será analisado nos próximos capítulos. Zimkitha também teve sua vida marcada pela Lei da Imoralidade, foi igualmente afetada por essa legislação ao ser impedida de manter relações sexuais com um homem afrikaner. Essa realidade é exposta no seguinte excerto:

Uma das razões que levaram Zimkitha a dormir com Johan Steyn foi simplesmente porque havia sido proibida de fazer isso. E depois, ela estava na cadeia, grávida de Nonceba, a filha de Johan. Foi presa, enquadrada no Ato da Imoralidade, depois de ser pega com o filho de um conhecido pastor africâner (NTSHINGILA, 2016, p. 82).

O principal objetivo da Lei da Imoralidade era proibir relações sexuais e coabitação entre pessoas de diferentes raças, com um foco particular na criminalização das relações entre brancos e não-brancos. O regime justificava essa legislação com a premissa de que a “pureza” da raça branca deveria ser protegida, argumentando que a convivência racial levaria à degradação moral e social. Além de proibir tais relações, a lei previa punições severas para aqueles que a violassem, incluindo multas e penas de prisão: “Nesse sentido, lembramos a lei de 1949, que proibia as relações sexuais e o casamento entre brancos e não-brancos” (HERNANDEZ, 2008, p. 253).

Essa legislação fazia parte de um conjunto mais amplo de normas que institucionalizavam a segregação racial e perpetuavam a supremacia branca, refletindo a ideologia racista que permeava o regime. No contexto do apartheid, havia ainda a ideia de que a transmissão de infecções poderia ser facilitada pela simples proximidade com populações negras, o que reflete uma lógica profundamente enraizada no racismo estrutural e na desumanização desses indivíduos. Essa concepção não apenas sustenta estigmas sociais,

mas também fundamenta políticas de segregação e discriminação que visam "proteger" a saúde pública em nome de uma suposta superioridade racial.

Historicamente, essa narrativa tem sido utilizada para justificar a segregação das comunidades negras em áreas consideradas "zonas sanitárias". Essa segregação não é uma questão meramente sanitária, mas sim uma manifestação de uma ideologia racista que atribui características negativas a grupos raciais específicos. Ao categorizar as populações negras como uma ameaça à saúde dos brancos, perpetua-se um ciclo de exclusão que nega o direito à dignidade, à moradia adequada e aos serviços básicos de saúde.

Além disso, a noção de que a proximidade física com populações negras é responsável pela disseminação de doenças ignora as realidades sociais e econômicas que contribuem para a vulnerabilidade das comunidades marginalizadas. Fatores como a pobreza, a falta de acesso a cuidados médicos adequados e as condições de vida precárias são determinantes mais significativos para a saúde pública do que a mera presença física de um grupo racial específico.

E podemos vislumbrar essas consequências nos dias atuais na África do sul, lugar que milhares de negros vivem sob o julgo das desigualdades e calamidades sociais. Contudo, é importante ressaltar que essas populações negras foram resilientes no processo de segregação racial e sob o comando das leis raciais. Sendo obrigados a morarem em lugares insalubres e sendo separados de suas famílias “Expulsos, os povos negros de Sophiatonw não tardaram a reagir construindo Soweto” (HERNANDEZ, 2008, p. 255).

O impacto da Lei da Imoralidade foi profundo e devastador. Ela não apenas criminalizou as interações inter-raciais, mas também reforçou um clima de medo e repressão nas comunidades não brancas. Essa legislação tratava as populações não brancas como seres inferiores, cuja interação com brancos era vista como uma ameaça à moralidade pública. A criminalização dessas relações contribuiu para a fragmentação das comunidades, perpetuando estigmas raciais e promovendo uma atmosfera de hostilidade e desconfiança. Assim, a lógica de segregação não apenas falha em abordar as verdadeiras causas das disparidades de saúde, mas também reforça a discriminação racial, perpetuando injustiças sociais.

Também foi inserida a política de preferência no trabalho urbano, implementada durante o apartheid na África do Sul sob a gestão do primeiro ministro sul africano Hendrik Frensch Verwoerd<sup>7</sup>. Foi um mecanismo essencial para consolidar a segregação racial e econômica do país. Verwoerd, amplamente reconhecido como o principal arquiteto do

---

<sup>7</sup> Hendrik Frensch Verwoerd (1901-1966) foi um político da África do Sul criador e principal implantador do regime de segregação racial conhecido como *apartheid*.

apartheid, buscava estabelecer uma ordem social em que a população branca detivesse os privilégios das oportunidades urbanas, enquanto negros e outros grupos não brancos eram confinados a empregos de menor prestígio ou deslocados para as áreas rurais. O objetivo central era assegurar a manutenção do controle econômico e social nas mãos da minoria branca. Com a implementação de um sistema de segregação racial institucionalizado em todas as esferas política, econômica e social, a elite branca sul-africana restringiu sistematicamente os direitos e as liberdades da população negra, impossibilitando o acesso a direitos fundamentais e consolidando a exclusão social e econômica desse grupo.

No âmbito educacional, o sistema de ensino foi estruturado para preservar e consolidar o poder econômico da minoria branca na África do Sul. O *apartheid* era livremente disseminado nas escolas, onde a doutrinação racial reforçava a hierarquia social baseada na supremacia branca. A educação, portanto, funcionava como uma ferramenta central para perpetuar o controle da elite branca, legitimando a segregação em todas as camadas da sociedade. A abrangência do apartheid era totalizante, infiltrando-se em cada esfera da vida social sul-africana. O regime foi notoriamente eficiente ao estruturar mecanismos institucionais que garantiam a manutenção desse status quo, consolidando a exclusão e marginalização da população negra de forma sistemática e duradoura.

A população negra era vista exclusivamente como força de trabalho explorável, sendo alvo de um processo contínuo de desumanização promovido pela elite branca. Essa desumanização resultava na exclusão sistemática dos negros de áreas consideradas propícias para a habitação, as quais eram reservadas exclusivamente para os brancos. Nesse cenário, os negros eram permitidos nesses territórios apenas para desempenhar funções de servidão, reforçando a segregação espacial e social. O controle sobre o acesso à terra e a restrição da mobilidade da população negra consolidaram o domínio dos brancos, garantindo que os privilégios territoriais e econômicos permanecessem concentrados nas mãos da elite colonial.

Esse processo ocorreu por meio da lei de passes, que restringia o direito de ir e vir da população negra. A essa limitação, somava-se a restrição ao acesso a determinados empregos, reduzindo ainda mais seus direitos. Como afirma Hernandez: "[...] ao acesso a alguns empregos, limitando ainda mais os seus direitos" (HERNANDEZ, 2008, p. 251).

## 1.2. O APARTHEID E SUAS RAÍZES IDEOLÓGICAS

Neste capítulo, propõe-se uma análise aprofundada do *Apartheid*, examinando-o como uma construção ideológica que se materializou em um discurso de sustentação

enraizado. Para tanto, estabelecer-se-á um diálogo crítico com a perspectiva de três autores. Inicialmente, será abordada a contribuição de Sérgio Roberto Lima Lorenz, cuja obra ressalta a complexidade inerente à reflexão sobre o Apartheid. Em seu artigo intitulado *'Uma viagem à África do Sul: reflexões sobre o mal que habita em nós'*, o autor propõe uma jornada investigativa em busca de respostas para as inquietações provocadas por esse regime de segregação (LORENZ, 2019 p. 133). Um processo institucional racista que subjuguava corpos negros a viverem em extrema pobreza, enquanto seus opressores permaneciam no topo da hierarquia de poder e, conseqüentemente, detinham os meios inclusive as armas para explorar milhares de sul-africanos negros.

E essa porção significativa da desigualdade observada atualmente está intrinsecamente relacionada às estruturas e dinâmicas sociais do passado. As cicatrizes deixadas pelo apartheid ainda estão presentes, assim como nos países que sofreram com a brutalidade do colonialismo. Os efeitos desses sistemas opressivos, tanto o apartheid quanto o colonialismo, seguem moldando profundamente as sociedades atingidas, perpetuando desigualdades raciais, sociais e econômicas até os dias de hoje. O caminho para a reconciliação e reparação é longo e desafiador, uma vez que as memórias de repressão permanecem vivas, e há uma resistência em lidar de maneira plena com as injustiças históricas. Dessa forma, essas marcas, tanto sociais quanto psicológicas, continuam a impactar a vida cotidiana das nações que vivenciaram tais regimes opressivos.

A África tem sido testemunha de regimes autoritários e imperialistas, todos caracterizados por sistemas de opressão e racismo. Por conseguinte, alguns estudiosos, tais como, Aimé Césaire<sup>8</sup>, e, mais recentemente, Fernando Rosa Ribeiro<sup>9</sup> e Sérgio Roberto Lima Lorenz<sup>10</sup> estabelecem uma correlação entre o apartheid e o nazismo.

Os dois regimes representam manifestações extremas de ideologias de segregação racial, embora operem em contextos históricos e geográficos distintos. Ambos os regimes fundamentaram suas políticas em premissas de superioridade racial, resultando em sistemas

---

<sup>8</sup> Aimé Fernand David Césaire (Basse-Point, 26 de junho de 1913-Fort de France, 17 de abril de 2008) foi um poeta, dramaturgo, ensaísta e político da negritude.

<sup>9</sup> Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (1981), mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (1990) e doutorado em Antropologia pela Universiteit Utrecht nos Países Baixos (1996). Atualmente é professor adjunto de Estudos Africanos junto ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas. Desenvolve pesquisa na área de antropologia e história, atuando principalmente nos seguintes temas: construção da nação (África do Sul, Caribe e Indonésia), etnicidade e redes intelectuais (Oceano Índico e Caribe), assim como a construção de esferas públicas em línguas africanas e asiáticas.

<sup>10</sup> Possui graduação em jornalismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1997) e mestrado em Educação pela Universidade Luterana do Brasil (2009). Atualmente é professor titular da Universidade Luterana do Brasil, atuando como professor do curso de Jornalismo.

de opressão que impuseram graves violações dos direitos humanos. Para exemplificar Fernando Rosa Ribeiro relacionam de tal forma os dois regimes:

A ideologia de apartheid é um fenómeno social da mesma espécie que o nazismo na Europa, não necessariamente porque tenham tudo em comum (embora tenham algo), mas porque se trata também de um fenómeno que ainda não foi domado pelo pensamento (RIBEIRO, 1995, p. 161).

A ideologia racial do nazismo enfatizava a primazia da "raça ariana"<sup>11</sup>, caracterizando outras etnias, especialmente os judeus, como inferiores e indesejáveis. Essa concepção de superioridade racial não apenas legitimava a discriminação social e política, mas também justificava uma série de leis que restringiam os direitos dos grupos minoritários. De maneira similar, o apartheid na África do Sul sustentava a crença na superioridade dos brancos em relação a negros e outros grupos étnicos. Essa ideologia resultou em um sistema legal que segregava as populações raciais, proibindo o casamento interracial e limitando o acesso a serviços públicos essenciais, criando uma estrutura de desigualdade profundamente enraizada na sociedade sul-africana.

Além da ideologia, a repressão e a violência se tornaram ferramentas cruciais para a manutenção do controle social em ambos os regimes. O nazismo empregou instituições como a Gestapo e campos de concentração para silenciar qualquer forma de resistência, culminando no Holocausto, que resultou na morte de milhões de indivíduos. Da mesma forma, o governo do apartheid utilizou a polícia e táticas de repressão brutal para silenciar movimentos de resistência e garantir a continuidade do *status quo*. Essa violência sistemática evidenciou o desrespeito por direitos humanos fundamentais e a disposição de ambos os regimes em utilizar medidas extremas para perpetuar suas ideologias.

A propaganda desempenhou um papel central na sustentação dessas ideologias opressivas. O regime nazista explorou a mídia para difundir suas ideias racistas, criando um ambiente em que a discriminação se tornava socialmente aceitável. No caso do apartheid, o governo sul-africano igualmente utilizou estratégias de propaganda para promover a "superioridade" da cultura branca e demonizar os movimentos de libertação. Essa manipulação da informação foi crucial para moldar a percepção pública e justificar a continuidade das políticas discriminatórias.

---

<sup>11</sup> Na Alemanha Nazista o termo "raça ariana" era utilizado para se referir a uma raça considerada superior as demais raças e que seria ancestral do povo alemão. Disponível em: YOUTUBE. O Apartheid na África do Sul. Canal Vogalizando a História. **MINUTAGEM**

As consequências de ambos os regimes foram trágicas e duradouras. O Holocausto representa um dos episódios mais sombrios da história da humanidade, enquanto o apartheid resultou em graves violações dos direitos humanos e em um sofrimento generalizado entre a população negra e outros grupos oprimidos na África do Sul. Embora as circunstâncias e as formas de opressão tenham variado, as semelhanças nas ideologias racistas e nas práticas repressivas sublinham a capacidade do preconceito racial de se manifestar de maneira violenta e opressiva.

Contudo, ao analisar a sociedade europeia, observa-se que, embora tenha sido a única responsável pela violência colonial exercida na África, ela também se tornou vítima de um regime opressor, o nazismo. Nesse sentido, Aimé Césaire (1913-2008) abordou, em sua obra intitulada *Discurso sobre o colonialismo*, publicada no ano de 1950, pós Segunda Guerra Mundial, uma crítica ao imperialismo e racismo europeu.

Em sua análise, Césaire apontou que a “O que é grave é que a Europa moralmente, espiritualmente, é indefensável” (CÉSAIRE, 1978, p. 6) e destacou seu papel significativo na propagação do racismo. Além disso, ele evidenciou a cumplicidade de filósofos e cientistas europeus e a influência da colonização na construção da identidade das populações colonizadas. Por extensão, as contribuições de Aimé Césaire também possibilitam observar as afinidades e aproximações entre o colonialismo europeu na África e os regimes totalitários, como o nazismo, na Europa.

O autor descreve que o colonialismo não apenas engendrou uma exploração econômica das colônias, mas também resultou em consequências profundamente desumanizantes para as populações colonizadas, perpetuando a narrativa da superioridade europeia e que os eventos que caracterizaram o colonialismo na África, ressaltaram as trágicas consequências que perduram até os dias atuais. Durante a sua militância, Césaire condenou veementemente o nazismo como um paradigma extremo de opressão e brutalidade, mas ao mesmo tempo sustentou que as potências coloniais europeias, que também já exerciam a opressão e exploração nos territórios africanos, usando o racismo científico para legitimar o racismo, careciam de moral para julgar o nazismo. O autor afirma que Hitler já existia antes do Hitler que matou milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial. O autor argumenta que:

E, todavia, pela boca dos Sarraut e dos Barde, dos Mulier e dos Renan, pela boca de todos os que julgavam e julgam lícito aplicar aos povos extra-europeus, e em benefício de nações mais fortes e melhor equipadas, “uma espécie de expropriação por motivo de utilidade pública”, já era Hitler que falava (CÉSAIRE, 1978, p. 21).

Com isso se evidencia que o racismo foi propagado principalmente dentro do campo filosófico. Durante o regime do apartheid, filósofos africanos buscaram justificar o racismo e a segregação racial por meio de argumentos teológicos e filosóficos. Uma dessas justificativas se baseava na crença de que a terra era uma manifestação do "reino de Deus" (RIBEIRO, 1995, p. 179), onde cada grupo humano teria sido criado com características específicas e irreduzíveis. Esses pensadores argumentavam que o contato entre diferentes grupos, com suas distintas "bagagens culturais", resultaria na diluição dessas qualidades divinamente ordenadas, empobrecendo assim a humanidade e a harmonia do "paraíso" terrestre.

Fernando Rosa Ribeiro cita o filósofo alemão Johann Gottfried Herder<sup>12</sup> como um dos teóricos cujas ideias foram instrumentalizadas para legitimar o sistema do apartheid na África do Sul. Herder desenvolveu a teoria do *Volk*, que propunha a ideia de que cada grupo étnico ou nação possuía uma identidade cultural única e singular, “A noção de cada indivíduo como ser único e singular” (RIBEIRO, 1995, p. 163) formada por experiências e vivências coletivas específicas.

Essa noção de "espírito do povo" (*Volksgeist*) sustentava que os indivíduos de uma mesma comunidade compartilhavam uma essência comum, o que os diferenciava de outros grupos, cuja incapacidade de se relacionar com essa identidade os excluía do que era considerado a verdadeira expressão do "Volk"<sup>13</sup> “esse conceito tem origem em Herder” (LORENZ, 1995, p. 163). Essa individualidade coletiva dentro de uma nação, segundo Herder, deveria ser preservada, portanto sem ter nenhum tipo de contato com culturas externas.

A ideia de diversidade pode existir nesse contexto, contudo fora do padrão de nação idealizada por Herder. Dessa forma, abre-se o leque para a compreensão da divulgação e institucionalização do apartheid na África do Sul. Dessa forma, essa teoria serviu como uma base filosófica para a exclusão racial, ao reforçar a ideia de que as culturas e identidades deveriam permanecer separadas para preservar suas características inatas. Para exemplificar a ideia, Ribeiro diz: “A cultura e os povos seriam as diversas flores, cada uma representariam o jardim de forma única e irreduzível. A diluição ou o desaparecimento da especificidade levaria a um empobrecimento da humanidade, e o jardim se tornaria, portanto, menos belo”

<sup>12</sup> Nascido em 25 de agosto de 1744 e falecido em 18 de dezembro de 1803.

<sup>13</sup> Para marcar sua distinção da população negra, os africanos recorriam ao vocábulo "*Volk*", traduzível como "Povo".

(RIBEIRO, 1995, p. 163). Essa ideologia vem diretamente da religião. Os afrikaners apoiados pela religião acreditavam que Deus tinha um chamado para eles por serem donos de características que estavam relacionadas com um distópico reino de Deus na terra. Esses escolhidos por deus seriam os únicos e verdadeiros intérpretes de uma cultura, língua e raça.

Portanto, compreender o apartheid e conhecer as suas raízes profundas é um ponto fundamental para entender quais foram as etapas para a sua institucionalização na África do Sul. Contudo, a compreensão do apartheid não está limitada apenas a um significado. Dentro do contexto “sistemas de opressões se constituem com os mesmos discursos e violências”. Com isso alguns autores como Sérgio Roberto Lima Lorenz e Fernando Sousa Ribeiro associam o apartheid com o nazismo da Europa “a ideologia de apartheid é um fenômeno social da mesma espécie que o nazismo na Europa” (RIBEIRO, 1995, p 161) e Lorenz reitera argumentando que sistemas de opressão se constituem com os mesmos discursos e violências. Nesse caso, “podemos associar o apartheid com o nazismo da Europa” (LORENZ, 2019, p. 131).

O apartheid não se limitou a ser um sistema político ou social de segregação racial; ele foi, sobretudo, sustentado por um intrincado conjunto de ideias, crenças e ideologias que não apenas justificaram, mas também consolidaram sua estrutura. Apoiado nas teorias psicanalíticas de Freud, Lorenz sustenta que, no âmbito da psicologia "o sadismo é um dos pilares do apartheid" (LORENZ, 2019, p. 134). A idealização da severidade em relação ao outro inferior revela os mecanismos do ódio que impera dentro do sistema do apartheid. A população negra teve seus corpos como objeto de fetiche diante da supremacia branca (LORENZ, 2019, p. 136).

Os dois processos de violência e extermínio tem como características o sentimento de nacionalismo e libertação de uma raça em detrimento de outra (LORENZ, 2019, p. 133). Contudo, o apartheid, embora inserido em um contexto histórico específico da África do Sul, ainda existem processos de compreensão contínuos a respeito de sua existência. Mas dentro das evidências históricas esse regime, caracterizado pela segregação racial imposta pela minoria branca africaner, promoveu a marginalização e opressão das populações negras e de outras etnias, justificando essas práticas por meio de uma visão deturpada de nacionalismo e pureza racial.

Estudiosos como Lorenz argumentam que o apartheid e o nazismo compartilham características estruturais e ideológicas, principalmente no que diz respeito ao nacionalismo, quanto a isso. Lorenz explica que: As invasões potencializaram um sentimento de

nacionalismo afrikaners<sup>14</sup> que começou a se consolidar com a fundação da Liga afrikâner dos Irmãos<sup>15</sup>, que segundo Lorenz: “A tribo só aceitava em seus quadros homens brancos, de língua Afrikans, com idade mínima de 25 anos, protestantes, “[...] possuidores de bom caráter e que considerassem a África do Sul como a sua terra mãe” (LORENZ, 2019, p. 133).

Portanto, a ideia de homogeneidade racial em ambos os regimes justificavam a segregação e o extermínio de populações com base em uma visão distorcida de identidade nacional e superioridade racial. O apartheid, embora inserido em um contexto histórico específico, partilhava dessa lógica, promovendo a opressão sistemática das populações negras e de outras minorias sob o pretexto de preservar a nação branca. Além disso, o sistema sul-africano dependia da manutenção de fronteiras raciais claras, onde a população branca ocupava a posição de poder e privilégio, enquanto os negros eram relegados a uma existência de subordinação. A violência e o terror institucionalizados eram parte integrante dessa política, que visava a perpetuar a hegemonia branca por meio de práticas de exclusão e marginalização.

Para Sérgio Roberto Lima Lorenz, o apartheid caracteriza-se por uma natureza profundamente desumanizadora, que suprime a alteridade, isto é, a capacidade de reconhecer e respeitar a diferença e a dignidade do "outro". Nesse contexto, o "outro" especificamente as pessoas não brancas “era reduzido a um “não-ser” desprovido de identidade e valor”. Sistemas de opressão se constituem com os mesmos discursos e violências. Nesse caso podemos associar o apartheid com o nazismo da Europa (LORENZ, 2019, p. 134).

Compreendendo e pesquisando sobre o apartheid Fernando Rosa Ribeiro diz que a “A morderna noção de nação” (RIBEIRO, 1994, p. 164) é construída onde a supremacia de uma homogeneidade atuaria exclusivamente dentro dos limites nacionais, enquanto a diversidade poderia existir apenas fora desse contexto. Fundamentado no calvinismo<sup>16</sup>, que pregava a inexistência de uma mediação entre o homem e o divino relações essas entendidas como diretas, o indivíduo negro, que não possuía as características aceitas por Deus, era considerado inferior e separado para viver de acordo com suas possibilidades. Atrelada a essa ideologia, surgiu a ideia da tutela branca, na qual as raças, embora se desenvolvessem separadamente, deveriam ser administradas pelos brancos. Como afirma Fernando Rosa Ribeiro,

---

<sup>14</sup> Grifo meu.

<sup>15</sup> Organização semi religiosa criada em 1918.

<sup>16</sup> O Calvinismo é uma doutrina teológica surgida a partir da Reforma Protestante, ocorrida no século XVI.

A idéia da tutela branca é central no apartheid: as raças têm de se desenvolver em separado para sua própria felicidade e bem-estar, mas o coordenador-geral do sistema só pode ser o branco e, mais especificamente, a nação bôer (africâner), por ser o único povo de origem europeia autóctone na África do Sul (RIBEIRO, 1994, p. 172).

A formulação do Apartheid está profundamente vinculada a estruturas de poder e privilégio que instauraram hierarquias entre os indivíduos, fundamentadas em suas identidades e características étnico-raciais. Os afrikaneres não tiveram vergonha de propagar um sistema racial que inferiorizava a maioria da população do seu país. A implementação da ideologia do apartheid foi promovida através da obra do afrikaneres Geoffrey Cronjé, um dos principais teóricos do apartheid, cuja produção acadêmica foi mobilizada como uma ferramenta de propaganda política nas eleições de 1949. Os afrikaneres Bôeres defendiam a construção de uma sociedade estruturada em torno de comunidades raciais distintas.

No entanto, os boeres demonstravam preocupação com a economia do país, que era fundamentada na força de trabalho da população negra, portando para obter mais autoridade sobre a população negra, foi necessária a instauração do Apartheid através do Partido Nacional que ocorreu no ano de 1949, após Segunda Guerra Mundial. O Presidente Pieter Willem Botha<sup>17</sup> (1916-2006) integrou um governo considerado moderado e implementou políticas que incluíam a libertação de prisioneiros dispostos a renunciar à violência. Além disso, revogou a legislação referente aos casamentos inter-raciais. No entanto, a supremacia branca continuava a prevalecer em um país onde a maioria da população era composta por pessoas negras.

### **1.3. VULNERABILIDADE E SILENCIAMENTO: O IMPACTO DO RACISMO INSTITUCIONALIZADO SOBRE AS MULHERES NEGRAS NA EPIDEMIA DO HIV/AIDS NA ÁFRICA DO SUL**

Nos capítulos seguintes, procederemos à análise da obra *Sem gentileza*, da autora Futhi Ntshingila, estabelecendo uma relação entre a narrativa apresentada e a problemática do vírus HIV/AIDS na vida cotidiana das mulheres negras na África do Sul. Contudo, antes de adentrarmos nessa discussão, torna-se fundamental contextualizar as condições sociais, históricas e culturais nas quais essas mulheres viviam e, em muitos casos, ainda vivem com o HIV/AIDS. É imperativo contextualizar o impacto devastador da pandemia de HIV/AIDS na

---

<sup>17</sup> Foi o primeiro ministro (1978-84) e primeiro Presidente de estado (1984-89) da África do Sul.

vida das mulheres negras sul-africanas, reconhecendo o racismo como o fator primordial na negação de suas existências pelo Estado. O estado assume o papel de dar e tirar a vida daqueles que se encaixam em um determinado perfil. Achille Mbembe, usa conceito de “Necropolítica” para sintetizar essa hipótese, no qual, afirma o seguinte:

a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (MBEMBE, 2016, p. 123).

Nesse cenário de acentuada escassez de suporte estatal para a provisão de meios básicos de subsistência, evidencia-se a negligência governamental em relação às necessidades primárias da população, resultando em um impacto desproporcional sobre os corpos de mulheres negras, vítimas diariamente da violência do estado, que fere suas existências. Além disso, elas se deparam com preocupações relacionadas à saúde, como a ameaça de infecção pelo HIV/AIDS, confrontaram a discriminação de gênero em diversas esferas da vida, incluindo disparidades no acesso aos serviços de saúde, oportunidades educacionais, inserção no mercado de trabalho e exercício dos direitos reprodutivos.

No ano de 1994, chegou ao fim o apartheid na África do Sul, contexto, que foi consequência de um grande processo de resistência exercida pela população negra que residia no país e de pressões internacionais sobre o governo sul-africano. No entanto, a África do Sul é amplamente reconhecida como um dos países que apresenta os mais altos índices de desigualdade social no mundo contemporâneo. Esse fenômeno, que remonta à sua história de apartheid, resulta em uma disparidade acentuada entre diferentes grupos socioeconômicos e raciais, perpetuando um ciclo de pobreza e exclusão. Embora o fim do apartheid tenha inaugurado um novo período de formalidade democrática, as profundas desigualdades socioeconômicas ainda permanecem, perpetuando a marginalização dessa população.

A propagação do HIV/AIDS exacerbou essas disparidades preexistentes, uma vez que muitas mulheres negras assumiram responsabilidades de cuidado em suas comunidades, assistindo a membros doentes da família e amigos, expondo-se, conseqüentemente, a um maior risco de infecção, além de enfrentar estigma e marginalização associados à doença. Ademais, as estruturas sociais e culturais desempenharam papel crucial na forma como as mulheres enfrentam a epidemia. Normativas de gênero rígidas e estereótipos sociais frequentemente restringiam a capacidade das mulheres de buscar assistência médica, procurar apoio social e tomar decisões autônomas em relação à sua saúde e bem-estar.

Portanto, a interseção entre as desigualdades de gênero e raça é fundamental para compreender as experiências das mulheres nesse contexto. As mulheres sul-africanas, em particular, enfrentaram e enfrentam múltiplas formas de opressão e discriminação, refletidas nas taxas mais elevadas de infecção pelo HIV/AIDS, por uma série de motivos que incluem a falta de acesso a recursos e na marginalização social, e que podemos analisar as desigualdades de gêneros existentes naquele período.

Hélio Bento Maúngue, analisando o caso de Moçambique, destaca que a situação das mulheres moçambicanas, especialmente no que se refere às relações sexuais, é profundamente influenciada por questões de gênero. Podemos relacionar esse fator com a obra de Futhi Ntshingila que iremos analisar nos próximos capítulos. A personagem Zola vivencia um relacionamento com Siphó, cuja fama de mulherengo ela já conhecia. Após "quatro anos de flerte" (NTSHINGILA, 2016, p. 51), Zola estabelece uma condição clara para a continuidade do vínculo: "Não vou dividir você com ninguém. Se isso for um problema pra você, fale agora e ficamos por aqui" (NTSHINGILA, 2016, p. 51). No entanto, Siphó, ciente de sua posição hierárquica e das limitações que ela impõe, declara não poder garantir exclusividade no relacionamento. Ainda assim, responde com honestidade: "Vou fazer o que for possível para ser fiel a você. Se eu não conseguir manter minha promessa, vou ser sincero e assumir." Ao pronunciar essas palavras, sentiu um aperto na garganta, sinalizando o peso emocional de seu compromisso" (NTSHINGILA, 2016, p. 52).

Além disso, Bento destaca que, a sobrevivência dessas mulheres está ligada a fatores estruturais, neste caso, decorrentes do colonialismo ou do regime do apartheid, que acentuou ainda mais as desigualdades relacionadas à hierarquia de gênero. As formas de relacionamento marcadas pela autoridade masculina especialmente no âmbito sexual, favorecem práticas de sexo inseguro, agravadas pela falta de acesso a políticas de saúde e educação sexual. Dentro desse cenário, as mulheres são as maiores vítimas do HIV-AIDS na África. O autor destaca que:

A condição das mulheres em África, no geral, e em Moçambique, em particular, pode ser influenciada e, em alguns momentos, determinada por questões estruturais, socioeconômicas, bem como culturais e de tradição. Nesta parte do mundo, as desigualdades de gênero e normas nocivas<sup>2</sup> de relacionamento entre mulheres e homens, que promovem sexo inseguro e reduzido acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, fazem parte dos fatores que contribuem para a vulnerabilidade relacionada com o HIV por parte das mulheres (MAÚNGUE, 2021, p. 1)

É dentro desse panorama pós-apartheid que as mulheres negras da África do Sul enfrentam uma série de desafios que deslegitimam suas aspirações por um futuro promissor

para si e para seus filhos. Um dos exemplos dessa situação social e política pode ser vislumbrado no caso de Khayelitsha, na periferia da Cidade do Cabo, e noticiada no documentário intitulado “Desigualdade Global: África do Sul”.<sup>18</sup>

No decorrer do documentário, algumas mulheres negras, muitas delas, mães, que residem em Khayelitsha contam sobre suas rotinas diárias e como enfrentam uma luta cotidiana para garantir o acesso a direitos básicos, isso inclui o direito a ter um banheiro, como relata Nkosikhona Swartboo<sup>19</sup> “Ainda hoje em Khayelitsha, nós temos que lutar para ter banheiros” (SWARTBOOI, 2020, 7:40) e para se obter o fornecimento de água potável. Segundo os relatos das moradoras, é necessário percorrer uma distância de 20 minutos para satisfazer essa necessidade essencial. A situação vivenciada pelas mulheres de áreas periféricas da África do Sul, como é o caso de Khayelitsha<sup>20</sup>, um dos maiores assentamentos periféricos do país, evidencia profundas desigualdades sociais e estruturais que comprometem o acesso a serviços básicos.

Segundo Axolile Notywala, no último censo, havia mais de meio milhão de habitantes vivendo no assentamento de Khayelitsha (NOTYWALA, 2020, 5:29), que se formou através das remoções forçadas durante o processo de apartheid, onde milhares de sul-africanos negros e negras foram obrigadas a saírem de suas casas e morarem em locais que não se encontravam formas básicas de subsistência. Esse fenômeno propiciou uma expansão significativa dos assentamentos informais.

Em 1994, contabilizavam-se 300 assentamentos informais no país, enquanto atualmente esse total ultrapassa 2.700 (NOTYWALA, 2020, 6:40). O relato de Nokuthula Bulana, uma mulher negra que reside em um dos barracos da periferia de Khayelitsha, ilustra essa realidade: “Quando eu quero água, tenho que andar por 20 minutos. Não importa que seja durante o dia ou à noite.” (NDEBELE, 2020, 1:09)<sup>21</sup>.

Esse depoimento revela não apenas a distância física que os moradores precisam percorrer para acessar o banheiro, mas também os riscos associados a essa jornada, especialmente durante a noite. Nokuthula Bulana menciona que, embora existam 40 banheiros na localidade, apenas dois estão disponíveis para uso, e ambos se encontram em condições de completa insalubridade (BULANA, 2020, 2:10). O cenário de miséria afeta profundamente a

<sup>18</sup> YOUTUBE. Desigualdade Global - Capítulo 4: África do Sul. Canal Folha de S. Paulo. 19:18min. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=My0HIKZqyXc](http://www.youtube.com/watch?v=My0HIKZqyXc).

<sup>19</sup> Ativista e estrategista experiente, o trabalho de Swartboo começou durante seus dias de escola, quando ele liderou um grupo de estudantes para abolir o castigo corporal e exigir aulas extras para se preparar para os exames.

<sup>20</sup> Khayelitsha é um dos maiores assentamentos da África do Sul.

<sup>21</sup> Nonceba Ndebele, ativista e moradora de Khayelisha.

saúde mental dessas mulheres, que, além de estarem expostas a riscos físicos à própria saúde “Nós nos infectamos neles” (BULANA, 2020, 2:24) e ainda fragilizadas, ainda precisam cuidar dos filhos e das responsabilidades domésticas.

O economista Patrizio Pirano destaca que não há outra forma de compreender a origem de toda essa desigualdade social senão por meio do apartheid. As cenas retratadas e os depoimentos das mulheres entrevistadas revelam de maneira contundente a realidade marcada pela desigualdade, pobreza e violência social no contexto do pós-apartheid. O documentário expõe as profundas marcas sociais deixadas pelo regime de segregação racial, demonstrando como essas mulheres negras, enquanto protagonistas históricos, continuam a vivenciar os impactos dessas estruturas opressivas. Nokuthula Bulana no decorrer da entrevista relata que: “Não tenho esperança, para ser sincera. Realmente não vejo nenhum futuro para meus filhos neste ambiente. Não vejo um futuro nem mesmo para mim” (BULANA, 2020, 16:24)<sup>22</sup>.

Nesse contexto, é relevante associar o que a autora Deborah Posel discute sobre a pandemia de HIV/AIDS na África do Sul, que se alastrou de forma preocupante. Além disso, Posel<sup>23</sup> destaca que, "a questão do HIV/AIDS é, em grande medida, um problema do período pós-apartheid" (p. 40, 2006). Essa disparidade é sustentada através da atitude do governo que continua a perpetuar uma forma de exclusão e marginalização, uma vez que a maior parte dos recursos financeiros é direcionada àqueles que já alcançaram um nível significativo de desenvolvimento socioeconômico.

Essa alocação desigual de recursos não apenas reforça as disparidades existentes, mas também perpetua um ciclo de exclusão que marginaliza amplos setores da população, especialmente os grupos historicamente desfavorecidos. Portanto, é fundamental questionar as políticas públicas que mantêm essa dinâmica, buscando alternativas que promovam a equidade e a justiça social para todos os cidadãos.

Arelado a isso, a África do Sul enfrenta um significativo desafio em relação à igualdade de oportunidades. Essa situação evidencia que o local de nascimento e o ambiente em que se cresce desempenham um papel crucial na determinação do percurso de vida de um indivíduo. Ademais, é fundamental destacar que as desigualdades existentes estão profundamente enraizadas nas estruturas sociais e econômicas que foram estabelecidas antes do advento da democracia no país.

---

<sup>22</sup> YOUTUBE. Desigualdade Global - Capítulo 4: África do Sul. Canal Folha de S. Paulo. 19:18 min. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=My0HIKZqyXc](http://www.youtube.com/watch?v=My0HIKZqyXc).

<sup>23</sup> É sociologista sul-africana e professora emérita na Universidade do Cabo do Sul (UCT).

Essa herança histórica perpetua um ciclo de desvantagens que dificulta a mobilidade social e a equidade de acesso aos recursos e oportunidades essenciais para o desenvolvimento pleno dos cidadãos. Uma das entrevistadas do documentário "Desigualdade Global: África do Sul" relata a dificuldade que o seu filho passa diariamente para ir ao trabalho e o valor da passagem do transporte público, cujo valor aumenta anualmente. E essa questão da mobilidade é igualmente percebida pela população negra na África do Sul. A localização remota dos serviços em relação aos assentamentos resulta em barreiras significativas ao acesso a esses recursos essenciais. Essa desigualdade também ilustra todas as imagens do documentário, enquanto os sul-africanos brancos vivem em residências à beira-mar, os sul-africanos negros vivem diante de poças de água contaminadas por coliformes fecais.

A palavra Khayelitsha significa "Novo Lar", contudo esse nome não foi dado pelas pessoas que foram obrigadas a morarem no assentamento e sim, por um dos fundadores do apartheid, o político Henrik Verwoerd que era um dos membros do governo que instituiu o apartheid na África do Sul, e condenou, com base em uma legislação racista, milhares de pessoas a viverem de maneira degradante em áreas repletas de lama e lixo, como em Khayelitsha. (PIRAINO, 2020, 9:03). A falta de infraestrutura adequada em comunidades como Khayelitsha é uma manifestação clara da marginalização histórica enfrentada por sua população. O deslocamento necessário para utilizar um banheiro se transforma em um desafio diário, intensificado por questões de segurança.

Ao assistir ao documentário, somos tomados por uma experiência que desperta um profundo sentimento de revolta em nossas consciências. Em um dos relatos, uma mulher negra residente no assentamento de Khayelitsha menciona que, devido ao perigo de circular por certas áreas durante a noite, sente-se forçada a restringir a liberdade de seus filhos, impedindo-os até mesmo de satisfazer necessidades básicas em um ambiente seguro. Essa realidade não apenas compromete a dignidade humana, isso também expõe a vulnerabilidade das famílias, em especial das mulheres negras, como evidenciado no depoimento apresentado. Assim foi concebido o apartheid, e é dessa maneira que suas consequências se perpetuam na África do Sul.

Paralelamente à desigualdade social, observou-se a devastação causada pela disseminação do vírus HIV. A evidência da doença causada pelo HIV/AIDS era inegável já na década de 1980, indicando que, embora o vírus estivesse presente e reconhecido, sua gravidade e impacto não eram adequadamente compreendidos ou tratados pelas autoridades governamentais, especialmente durante o regime do apartheid. Essa negação e desinformação

contribuíram para um cenário de vulnerabilidade, onde as consequências da epidemia foram minimizadas e relegadas a um segundo plano nas agendas políticas (POSEL, 2006, p. 41).

Contudo, o HIV/AIDS se tornou um problema mais premente no período pós-apartheid, que trouxe mudanças significativas na estrutura política e social da África do Sul, impactando diretamente a resposta à epidemia. A transição para a democracia, embora representasse uma esperança de inclusão e desenvolvimento, também expôs as falhas profundas nas políticas de saúde pública, que não haviam sido adequadamente abordadas durante os anos de opressão.

Durante o apartheid, a disseminação do HIV/AIDS na África do Sul foi relativamente lenta em comparação com outros países da região. Essa lentidão pode ser atribuída a uma combinação de fatores, incluindo políticas de saúde inadequadas, a negação do governo em reconhecer a gravidade da epidemia e a falta de acesso a informações sobre a doença. O governo sul africano durante o apartheid priorizava a manutenção da ordem social e política, frequentemente à custa da saúde pública, o que resultou em uma resposta ineficaz ao vírus. Ademais, a marginalização das populações negras e a segregação social dificultaram o acesso a serviços de saúde adequados e informações vitais sobre prevenção e tratamento do HIV. A ausência de campanhas educativas e de conscientização reforçou a estigmatização dos portadores do vírus, levando a uma cultura de silêncio e negação que prejudicou o reconhecimento da gravidade da situação.

Assim, ao analisar a evolução da epidemia do HIV/AIDS na África do Sul, é imprescindível considerar o contexto político e social que permeava o país durante o apartheid e as mudanças que se seguiram. O impacto do HIV/AIDS, embora já visível nas décadas anteriores, só se tornou uma crise de saúde pública reconhecida após a transição para a democracia, quando as falhas estruturais do passado começaram a ser enfrentadas. Este cenário evidencia a necessidade de uma abordagem integrada e proativa para a saúde pública, que não apenas aborda as consequências da epidemia, mas também considera as complexas interações entre política, sociedade e saúde na construção de um futuro mais saudável e equitativo.

No pós-apartheid, o HIV/AIDS se configurou não apenas como uma patologia, mas também como um agente de medo que permeia o imaginário coletivo das mulheres negras, especialmente em contextos marcados por guerras civis no continente africano. O medo da transmissão através da relação sexual era rotineiro no imaginário de Zola, que frequentemente pedia para o seu parceiro exames e que fizesse uso de preservativos: “Ela exigia exames e insistia em usar camisinha” (NTSHINGILA, 2016, p. 83). Essa realidade

torna os corpos femininos alvos de violência sexual, uma situação frequentemente legitimada por estruturas estatais que falham em proteger os direitos das mulheres. Em diversas situações, as mulheres negras enfrentam uma interseção de opressões que agrava sua vulnerabilidade, uma vez que são afetadas por normas sociais, estigmas e políticas públicas que as marginalizam.

Na ausência de uma atuação governamental eficaz como agente principal no controle do HIV/AIDS, observou-se uma retirada deliberada das autoridades, caracterizada pela negação de acesso a medicamentos apropriados para conter a disseminação do vírus. Nesse contexto, as mulheres sul-africanas foram novamente transformadas em alvos da violência, enfrentando não apenas a opressão sistêmica, mas também o risco iminente de morte, que se configurava como um desfecho trágico de suas realidades. A inação do governo exacerba sua vulnerabilidade, condenando-as a um futuro marcado por tragédias e perda de vidas. As mulheres negras da África do Sul, imersas em um contexto marcado por um sistema institucionalizado de racismo, enfrentaram não apenas as consequências diretas da discriminação racial, mas também uma forma insidiosa de violência resultante da negligência governamental. Este fenômeno é emblemático das múltiplas camadas de opressão que caracterizam a experiência feminina dentro de um regime apartheid que desumanizava e marginalizava a população negra.

O apartheid, como um sistema de segregação racial e social, perpetuou não apenas a desigualdade econômica, mas também uma estrutura de violência estrutural que afetou profundamente as vidas das mulheres negras. Essas mulheres eram frequentemente relegadas a papéis subalternos, não apenas na sociedade, mas também dentro de suas próprias comunidades, enfrentando uma dupla carga: a discriminação racial e a opressão de gênero. A negligência do governo em atender às suas necessidades básicas como saúde, educação e segurança acentuou ainda mais a vulnerabilidade dessas mulheres, tornando-as alvos de violência tanto física quanto psicológica.

No contexto familiar, a vulnerabilidade dessas mulheres é exacerbada por dinâmicas de poder, onde parceiros sexuais, muitas vezes com múltiplas parceiras, colocam-nas em risco de contágio. O controle sobre seus corpos e decisões reprodutivas é frequentemente restringido, reforçando um ciclo de dependência e submissão. Além disso, o ambiente familiar pode ser permeado por normas patriarcais que não apenas silenciam as vozes femininas, mas também legitimam a violência de gênero.

Esse cenário se torna ainda mais complexo quando analisado sob a ótica do pós-apartheid. Embora o regime de apartheid tenha terminado oficialmente em 1994, suas

repercussões persistem, refletindo-se nas disparidades sociais e na marginalização contínua das mulheres negras. A epidemia do HIV/AIDS emerge como um dos principais responsáveis pelo aumento das taxas de mortalidade entre essa população. Dados indicam que as mulheres negras enfrentam taxas de infecção significativamente mais altas em comparação a outros grupos, o que evidencia não apenas a vulnerabilidade biológica, mas também a vulnerabilidade social.

Além disso, as desigualdades sociais, profundamente enraizadas nas consequências do racismo institucionalizado, atuam como fatores determinantes na propagação do vírus. O acesso restrito a serviços de saúde, a educação sexual inadequada e a falta de recursos contraceptivos intensificam a vulnerabilidade dessas mulheres, perpetuando um ciclo de opressão e desamparo. A precariedade das políticas públicas de saúde, muitas vezes ignorando as especificidades das necessidades das mulheres negras, contribui para a continuidade da epidemia e o aumento do estigma associado ao HIV/AIDS.

Assim, a interseção entre HIV/AIDS, violência de gênero e desigualdade social é um tema urgente que demanda atenção e ação efetiva por parte das políticas públicas, a fim de mitigar os impactos devastadores dessa epidemia. Para isso, é essencial que as políticas de saúde considerem as realidades multifacetadas que as mulheres negras enfrentam, incluindo a necessidade de acesso a cuidados de saúde abrangentes e sensíveis ao gênero. A educação sexual deve ser uma prioridade, promovendo não apenas a prevenção do HIV, mas também a autonomia reprodutiva e o empoderamento das mulheres.

Para promover a escrita feita por mulheres negras que estão inseridas em um contexto de vulnerabilidade social, é necessário criar espaços que valorizem suas vozes e experiências. Essa escrita deve ser entendida como um instrumento de resistência e auto afirmação, permitindo que essas mulheres narrem suas vivências de maneira autêntica e representativa. A produção literária e acadêmica dessas autoras não apenas desafia a narrativa dominante, mas também contribui para a construção de um feminismo negro que reconhece as especificidades de suas realidades.

Iniciativas que incentivem a inclusão de mulheres negras em círculos literários, oficinas de escrita e programas de formação crítica são fundamentais. Esses espaços não só proporcionam uma plataforma para a expressão, mas também fomentam um senso de comunidade e solidariedade. Além disso, é crucial que suas histórias sejam disseminadas em ambientes acadêmicos e institucionais, reconhecendo a importância de suas narrativas na compreensão das intersecções entre raça, gênero e saúde.

Portanto a escrita das mulheres negras que carregam em seus corpos marcas da violência sexual e conseqüentemente são vítimas do vírus HIV/AIDS, devem ser consideradas uma prática essencial para a construção de um futuro mais igualitário e justo. É na interseção entre a ficção e a realidade que a arte de escrever se transforma, no campo literário, em uma poderosa arma de cura e resistência para mulheres que tiveram seus corpos marcados pelas desigualdades impostas por uma sociedade racista, que as obriga, diariamente, a viver sob múltiplas formas de opressão. O texto literário tenta através de um embasamento histórico, preencher as lacunas deixadas nas memórias. Alfredo Bosi<sup>24</sup>, afirma que: “a resistência se dá como processo inerente à escrita” (BOSI, 1996, p. 13). Veremos, nos capítulos seguintes, que inúmeras mulheres negras, ao vivenciarem experiências traumáticas, encontraram na escrita um instrumento de alívio para suas dores, bem como um meio de evitar a possível desestabilização psíquica.

Portanto, ao legitimar suas vozes por meio da escrita, promovemos uma cultura de resistência que não apenas aborda os desafios imediatos enfrentados por essas mulheres, mas também inspira mudanças estruturais necessárias para um mundo onde todas possam viver com dignidade e saúde. A interseção entre a produção literária e as políticas de saúde pode ser um catalisador poderoso para a transformação social, desafiando a opressão e promovendo a justiça social em múltiplas dimensões.

---

<sup>24</sup>Alfredo Bosi (1936–2021) foi um destacado crítico literário e professor titular aposentado da Universidade de São Paulo (USP), além de membro da Academia Brasileira de Letras. É reconhecido por sua ampla contribuição à crítica e à historiografia literária brasileira.

## 2. FUTHI NTSHINGILA E O ROMANCE SEM GENTILEZA

### 2.1. ANÁLISE DA AUTORA E DA OBRA “SEM GENTILEZA”

Mvelo olhou o rosto de sua mãe no caixão. Era plácido. Jamais poderia dizer uma palavra a ela novamente. Imaginou que sua mãe pudesse lhe dizer uma palavra novamente. Imaginou que, se a sua mãe pudesse lhe dizer uma última coisa, seria “Cante, Mvelo. Você nasceu para cantar”. E assim ela fez (NTSHINGILA, 2017, p. 28).

Antes de proceder à análise da obra *Sem Gentileza*, faz-se necessário apresentar a autora, bem como a narrativa que se desenrola ao longo de suas 158 páginas, as quais constituem a principal fonte deste estudo. Essa introdução permite contextualizar a obra dentro de seu panorama histórico e literário, possibilitando uma compreensão mais aprofundada de seus elementos temáticos, e a resiliência das personagens na obra de Futhi Ntshingila, contrapostos a um contexto marcado pelas cicatrizes históricas deixadas pelo apartheid na história. Além disso, torna-se imprescindível examinar a complexidade das relações de maternidade no contexto da pandemia de HIV/AIDS, porque se trata de uma temática central na obra literária.

Contextualizando a apresentação, iniciaremos pela autora que ainda não é muito conhecida no Brasil, Futhi Ntshingila, “uma escritora sul-africana reconhecida por escrever sobre histórias de mulheres negras e sobre as periferias esquecidas de grandes cidades sul-africanas” (CANOFRE, 2017, *Online*). Nascida durante o regime do apartheid na África do Sul e tendo vivenciado, por duas décadas, as diversas formas de extermínio expressas por meio de distintos tipos de violência, Futhi Ntshingila foi criada e profundamente enraizada na cultura de seu país. Suas experiências e seu olhar sensível diante do contexto em que se encontrava demonstram, por meio de suas narrativas literárias, uma acentuada capacidade de explorar as complexas interseções entre história, identidade e desigualdade social. A autora relata que aqueles anos formativos foram marcados por grandes dificuldades; contudo, o amor de sua família proporcionava-lhe conforto mesmo diante do racismo institucionalizado no país (CANOFRE, 2017, *Online*).

Em virtude desse contexto de experiências, evidenciamos a riqueza da sua produção literária que se caracteriza-se por uma voz autêntica e expressiva, que não apenas confere visibilidade às vozes subalternizadas, como também denuncia as injustiças vivenciadas por comunidades historicamente marginalizadas na África do Sul. Ao longo de sua trajetória como romancista, Ntshingila conquistou reconhecimento internacional por obras

que tratam de temas como pobreza, violência, disparidade de gênero e os impactos persistentes do apartheid. Seus romances frequentemente apresentam protagonistas femininas resilientes, cujas jornadas são permeadas por desafios estruturais e pela busca por superação em contextos de adversidade extrema. Além de *Sem Gentileza*, que constitui a principal fonte desta pesquisa, a autora publicou *Shameless* (2008), reafirmando seu compromisso com a literatura como meio de reflexão crítica e resistência social.

Em *Shameless* (ainda sem tradução para o português), a romancista retrata a realidade de mulheres que, na tentativa de garantir o mínimo necessário para sobreviver, veem-se compelidas a recorrer à prostituição. Na narrativa, essas personagens femininas são representadas por Thandiwe, que conduz sua vida conforme seus próprios princípios e regras. Ela vende seu corpo sem vergonha nas ruas sul-africanas de Yeoville e vê seu trabalho como não diferente daqueles jovens negros formados que assumem postos de ação afirmativa como juniores perpétuos sob mentores destruidores de almas. As visões críticas de Thandiwe sobre o mundo corporativo pós-apartheid recebem visibilidade pública quando ela é abordada por Kwena, um jovem cineasta interessado em contar as histórias das prostitutas e os segredos vergonhosos de muitos.

Para Thandiwe, essa história pessoal começa na pobre vila rural onde ela e sua melhor amiga, Zonke, cresceram, enfrentando juntas os muitos desafios de uma infância vulnerável. Ambas resistem à atenção sexual indesejada e Thandiwe perde sua mãe em um acidente bizarro, deixando-a órfã. Quando foge de seus guardiões para evitar a circuncisão, Thandiwe chega a Joanesburgo e logo lança sua carreira não convencional. Enquanto Zonke segue um curso de ação mais abrigado e convencionalmente bem-sucedido, Thandiwe precisa lutar ferozmente por sua independência, mesmo correndo o risco de colocar sua própria vida em perigo.

Para além de sua contribuição para a literatura sul-africana contemporânea, Ntshingila também se destaca como uma defensora dos direitos humanos e uma voz ativa na luta pela igualdade e justiça social em seu país. Sua obra transcende fronteiras nacionais, alcançando leitores em todo o mundo e instigando reflexões sobre questões universais de dignidade humana e resistência. Futhi Ntshingila permanece como uma figura proeminente no cenário literário sul-africano, deixando um legado duradouro por meio de suas narrativas envolventes.

A fonte primária desta pesquisa é o romance *Sem Gentileza* (*Do Not Go Gentle*), escrito por Futhi Ntshingila e publicado originalmente em 2014. A obra foi lançada no Brasil pela primeira vez em 2017. O romance ambienta-se no contexto do regime de segregação

racial do apartheid. Convém apresentar, ainda que brevemente, a trama retratada no romance: as protagonistas da narrativa são mãe e filha, Zola e Mvelo, respectivamente. Assoladas pelas desigualdades, ambas são vítimas da pandemia de HIV/AIDS: uma como vítima mortal e a outra, forçada a se tornar órfã. Durante o período de enfermidade de sua mãe, Mvelo torna-se vítima de abuso sexual. Como consequência dessa violência, ela engravida e dá à luz a uma criança que nasce em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais, por cicatrizes deixadas por décadas de segregacionismo e pelas injustiças estruturais que caracterizam a realidade sociopolítica na África do Sul pós-década de 1990.

E é dentro do contexto do pós-apartheid, em que a África do Sul ainda enfrenta as profundas consequências do racismo historicamente perpetrado e institucionalizado, que a obra *Sem Gentileza* evidencia questões centrais relacionadas à maternidade e às dinâmicas de gênero. Por meio de uma narrativa sensível e crítica, a obra expõe as interseções entre opressão social, desigualdade e os desafios enfrentados por mulheres marginalizadas, destacando como essas estruturas influenciam as relações maternas e a construção da identidade feminina no cenário sul-africano contemporâneo.

As experiências de Zola e Mvelo são contrapostas aos contextos urbanos de Joanesburgo entre as décadas de 1980 e 1990. Futhi Ntshingila retrata Joanesburgo como uma cidade marcada por contrastes sociais extremos, na qual a opulência convive com a pobreza crônica e a exclusão. Assim, a narrativa se desenrola em grande parte nos assentamentos informais da periferia, revelando uma Joanesburgo invisível aos olhos das elites, portanto, como um espaço de luta e violência, mas também de solidariedade e resistência.

No conjunto, a cidade funciona como um microcosmo das desigualdades da África do Sul pós-apartheid, onde as promessas de liberdade e prosperidade são desmentidas pelas duras realidades enfrentadas por mulheres negras pobres. Apesar do cenário urbano hostil, Joanesburgo é também o palco de encontros e reconstruções de vidas, especialmente através da rede de apoio feminino que se forma ao redor de Zola, apontando para possibilidades de cuidado e transformação dentro do caos urbano.

Contudo, para dar continuidade à pesquisa, buscamos estabelecer conexões entre a autora Futhi Ntshingila e outras escritoras feministas que abordam as experiências de mulheres africanas e afrodiaspóricas marcadas pelo racismo, pela violência de gênero e, sobretudo, pelas múltiplas formas de resiliência que permeiam suas trajetórias de vida.

## **2.2. A PERDA PREMATURA DE MÃES NA PANDEMIA DE HIV/AIDS: UM OLHAR A PARTIR DE ZOLA E MVELO**

“Na minha infância o que eu não tive possibilidade material pois vivíamos em uma linha de miserabilidade, [...] eu tive em termos de afeto” (Conceição Evaristo ao Programa Sem Censura, 2024).

O contexto de vivência de Zola e Mvelo está intrinsecamente relacionado a questões estruturais oriundas do regime do *apartheid*, cujos efeitos ainda reverberam nas dinâmicas sociais e contribuíram significativamente para a consolidação de hierarquias e violências de gênero, bem como outros processos de exclusão e marginalização social. Na sociedade sul-africana retratada no romance as relações interpessoais, especialmente no âmbito sexual, são marcadas pela dominação masculina, perpetuando práticas de sexo inseguro, intensificadas pela ausência de políticas públicas eficazes voltadas à promoção da saúde e da educação sexual. O sociólogo Hélio Bento Maúngue<sup>25</sup> afirma que, “dentro do cenário de vulnerabilidade, observa-se que as mulheres negras se tornam as principais vítimas da pandemia de HIV/AIDS na África, evidenciando a interseccionalidade entre opressão de gênero, desigualdade social e negação de direitos fundamentais” (MAÚNGUE, 2021, p. 1) e conforme se observa no trecho a seguir:

A condição das mulheres em África, no geral, e em Moçambique, em particular, pode ser influenciada e, em alguns momentos, determinada por questões estruturais, socioeconômicas, bem como culturais e de tradição. Nesta parte do mundo, as desigualdades de gênero e normas nocivas de relacionamento entre mulheres e homens, que promovem sexo inseguro e reduzido acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, fazem parte dos factores que contribuem para a vulnerabilidade relacionada com o HIV por parte das mulheres (MAÚNGUE. 2021, p. 1).

Dessa forma, especialmente em seus estágios iniciais, a escassez de informações científicas acerca da dinâmica de atuação do vírus, bem como a inexistência de tratamentos eficazes, resultaram em impactos profundamente trágicos. Nesse cenário, inúmeras mulheres foram vitimadas precocemente pela doença, sem acesso a orientações médicas adequadas ou a terapias que pudessem prolongar e preservar suas vidas. Como consequência direta, muitas crianças ficaram órfãs de suas mães, e grande parte delas também foi acometida fatalmente pelo HIV, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade social e sanitária.

---

<sup>25</sup>Sociólogo. Investigador Científico/Investigador Assistente no Centro de Estudos Africanos/Universidade Eduardo Mondlane (CEA/UEM). Doutorado (2018-2022) e Mestrado (2015) em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Bacharel em Ciências Sociais? Orientação em Sociologia (2006) e Licenciatura em Sociologia (2009) na Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

De acordo com dados divulgados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), os impactos do HIV/AIDS entre crianças continuam alarmantes. Conforme relata a instituição,

Pelo menos 300 mil crianças foram infectadas pelo HIV em 2020, ou uma criança a cada dois minutos, disse o UNICEF em um relatório divulgado hoje. Outras 120 mil crianças morreram de causas relacionadas à AIDS durante o mesmo período, ou uma criança a cada cinco minutos (UNICEF, 2021).

Embora os números ainda revelem um cenário preocupante, vale destacar que, no início da pandemia, os índices de infecção infantil eram ainda mais elevados. Essa realidade pode ser explicada, em parte, pela escassez de conhecimento científico à época, pela ausência de políticas públicas eficazes e pelo reduzido uso de preservativos tanto em relações sexuais consensuais quanto em contextos de violência e abuso. Tais fatores contribuíram significativamente para a disseminação do vírus, afetando de forma desproporcional as populações mais vulneráveis.

Entretanto, com o avanço das pesquisas e o fortalecimento das políticas de saúde pública, a descoberta e a implementação dos antirretrovirais representaram um divisor de águas no enfrentamento da epidemia. Esses medicamentos passaram a oferecer às pessoas soropositivas a possibilidade de controle da carga viral, melhoria na qualidade de vida e significativa ampliação da expectativa de sobrevivência. Ainda assim, é fundamental reconhecer que esse avanço, embora revolucionário, chegou tardiamente para muitas vítimas da primeira fase da pandemia.

Mulheres que, em virtude da ausência de recursos terapêuticos e do desconhecimento generalizado, não tiveram a oportunidade de lutar contra a doença com as ferramentas que hoje estão disponíveis. Suas histórias revelam não apenas as limitações científicas da época, mas também os efeitos de uma desigualdade estrutural que persiste em contextos de crise sanitária. No contexto geográfico e sociopolítico da África do Sul, a realidade enfrentada por mulheres e crianças afetadas pelo HIV/AIDS revela-se ainda mais complexa e desigual. Essa condição está diretamente relacionada a fatores históricos estruturais, como a negligência institucional e o racismo sistêmico, ambos heranças profundas de mais de quatro décadas de regime do apartheid.

Esse sistema de segregação racial, vigente oficialmente entre 1948 e 1994, não apenas promoveu a exclusão da população negra dos direitos civis, sociais e econômicos, como também estabeleceu bases duradouras de desigualdade no acesso à saúde, à educação e

à moradia. Assim, os efeitos do apartheid continuam a repercutir de maneira contundente nas vivências das comunidades mais vulnerabilizadas, especialmente entre mulheres negras soropositivas e suas famílias.<sup>26</sup>

Em matéria publicada pelo portal G1, e assinada pelo jornalista Simon Rozé, é problematizado o avanço contínuo do HIV/AIDS na África do Sul no tempo presente, com destaque a fatores estruturais que mantêm elevados os índices de infecção e mortalidade. A reportagem evidencia que moças e mulheres seguem sendo as principais vítimas da epidemia, em razão da desigualdade de gênero, da pobreza, da violência sexual e da limitação no acesso a serviços de saúde. A representante da ONU, citada na matéria, afirma que “esta é uma crise de desigualdade de gênero. As mulheres e meninas são mais propensas a serem infectadas, o que está relacionado com a violência sexual e, na maioria das vezes, ao sexo não desejado” (ROZÉ, 2022, *Online*).

É importante ressaltar que, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, observou-se uma significativa escassez de fontes que abordem, de forma aprofundada, as vivências subjetivas das crianças afetadas diretamente no início pela pandemia de HIV/AIDS na África do Sul. A maioria dos materiais disponíveis concentra-se na apresentação de dados estatísticos e indicadores epidemiológicos atualizados, deixando em segundo plano os relatos pessoais, as trajetórias de vida e os impactos psicossociais enfrentados por essas crianças. Tal lacuna evidencia não apenas a invisibilização dessas experiências no campo acadêmico e midiático, mas também reforça a urgência de estudos que deem voz às infâncias marcadas por perdas precoces, estigmas e vulnerabilidades associadas à doença.

Portanto, a fim de resgatar e dar visibilidade às vidas de mulheres que tiveram suas vozes silenciadas pela marginalização social e pela violência simbólica associada ao HIV/AIDS, torna-se fundamental analisar as personagens Zola e Mvelo, da obra ficcional da escritora sul-africana Futhi Ntshingila. Através da ficção, a autora reconstrói narrativas apagadas pela história oficial, ampliando nosso imaginário e permitindo recriar experiências ceifadas pela pandemia. Nesse sentido, é pertinente também recordar as palavras da romancista brasileira Conceição Evaristo, que, em sua obra “Becos da Memória”, ressalta a importância de produzir narrativas mesmo diante da ausência de registros formais.

Para Conceição Evaristo, é possível resgatar vivências a partir de lembranças, mesmo fragmentadas e, por meio delas, construir histórias que resistem ao esquecimento. Essa perspectiva fortalece a ideia de que a literatura pode ser um instrumento de memória e

---

<sup>26</sup> Tópico abordado no primeiro capítulo dessa pesquisa.

denúncia, especialmente quando se trata de sujeitos historicamente silenciados, aqui se tratando especificamente das mulheres negras Sul africanas portadoras do vírus HIV/AIDS.

A importância da memória coletiva pode-se também ser reconstruída através de um ritual, como por exemplo, o funeral. E assim como Conceição diz que: “A escrita hoje, a nossa escrevivência é como se fosse um texto libertário” (EVARISTO, 2024, 5:05) escrever essa pesquisa se torna o meu ato de liberdade e resistência. Através da literatura e pelo ato de escrever e contar histórias, me conecto com Mvelo. Contudo, ao contrário de Mvelo, que compareceu ao enterro de Zola e viu as últimas homenagens que foram dadas a ela por suas amigas e conhecidas, umas delas se chamava Sra. Naidoo e morava em um casarão em um breve diálogo com Mvelo, disse: “Zola é alguém que eu nunca vou me esquecer, porque abençoou minha casa com um presente que vou guardar para sempre na minha memória” (NTSHINGILA, 2016, p. 25).

"Os rituais de cânticos coletivamente entoados pelas mulheres presentes no funeral de Zola, nos quais a autora destaca que 'Elas cantaram, e cada uma trouxe recordações de Zola' (NTSHINGILA, 2016, p. 25), assumem a função de um ato de resgate coletivo da memória. Nesse contexto, a voz silenciada de Zola em vida é reativada, manifestando-se com maior intensidade e presença através da evocação comunitária. Também se costura na memória coletiva o ato de se curar através da coragem em expor seus medos.

Na cena que evoca a tristeza da perda de Zola pelo HIV/AIDS, outra mulher que havia tratado mal Mvelo e Zola quando ambas foram buscar um benefício do governo, confessou ser soropositiva e disse a Mvelo: “Foi por minha causa que ela foi banida da clínica” (NTSHINGILA, 2016, p. 26). A confissão fez com que: “A enfermeira começou a se emocionar” (NTSHINGILA, 2016, p. 26). Não obstante, as mulheres presentes abstiveram-se de qualquer julgamento, e a narrativa aponta que 'Então, as mulheres voltaram a cantar' (NTSHINGILA, 2016, p. 26). Tal continuidade do rito reafirma o vínculo coletivo, evidenciando que a dor de uma era intrinsecamente percebida como a dor de todas, fortalecendo a afetividade daquelas mulheres negras que viviam sob o mesmo solo desigual.

Mvelo, também, se deparou com pessoas que nunca tinha visto em sua vida e que para sua surpresa “se levantaram e falaram sobre Zola” (NTSHINGILA, 2016, p. 26). Foi um momento também que “a maioria dos vizinhos se desculparam pelas fofocas” diretamente para Mvelo, assim, Zola se materializa através da memória coletiva (COSTA, 2018, p 255) que transcende a dimensão individual, configurando-se como um repositório das interações e dos vínculos interpessoais, sejam eles favoráveis ou adversos, que marcaram sua trajetória de vida. É descrito durante a cena do enterro de Zola que “era uma noite linda. A lua esteve

vermelha num momento, com o sol se escondendo atrás dela, ficando prateada mais tarde quando finalmente assumiu o comando dos céus” (NTSHINGILA, 2016, p. 26). Também é descrito que “Zola teve um lindo velório” (NTSHINGILA, 2016, p. 24).

Destaca-se que a representação do velório e enterro de Zola é mediada pelo olhar de Mvelo, refletindo as experiências de sofrimento vivenciadas por ela. Ainda que em um estado de profunda tristeza, em certo ponto : “[...] cantou para afastar o difícil caminho que precisaria percorrer, como uma órfã solitária” (NTSHINGILA, 2016, p. 25), Mvelo, manteve-se forte, garantindo que os desígnios de Zola para seu funeral fossem honrados, pois: “Zola tinha dado detalhes sobre o que desejava que fosse feito quando morresse” (NTSHINGILA, 2016, p. 27). A importância de cartas para resgatar as vivências de Zola, também é ressaltada, pois, Zola, antes de falecer: “Pedi a Skwiza, sua única parente consanguínea viva além de Mvelo, para que lesse o que havia escrito” (NTSHINGILA, 2016, p. 25).

Durante o seu sofrimento diante da HIV/AIDS e vivendo a certeza da efemeridade da vida, Zola, escreveu o seguinte em seu bilhete que seria dito antes do seu corpo sentir as profundezas da terra: “É minha vontade, que as pessoas saibam que eu morri de AIDS. Não foi uma doença longa ou curta que, segundo nos falam, mata a maioria das celebridades. Nem pneumonia, nem tuberculose, nem insanidade, nem feitiçaria, mas sim aids (NTSHINGILA, 2016, p. 28). Contudo, diante do estigma social inerente à condição de soropositividade para HIV/AIDS, minha genitora não pôde registrar sua experiência por escrito nem manifestar abertamente sua coragem ao comunicar-me sua condição, dada a minha tenra idade (quatro anos). Todavia, com o passar dos anos, o real motivo de seu falecimento só me seria revelado na adolescência, e essa revelação, recordo, causou-me profundo estarrecimento. Desse modo, a vontade de redigir sobre sua trajetória manifestou-se, tal qual o nascer do dia.

Ao exemplificar a importância da memória com base na obra de Julián Fuks<sup>27</sup>, Natali Fabiana da Costa e Silva<sup>28</sup> relata que, o objeto de estudo: “se inscreve na perspectiva da memória e revela um complexo jogo entre ficção e realidade” (COSTA, 2018, p 253). E

---

<sup>27</sup>Julián Fuks é doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo. É mestre em Literatura Hispano-americana pela mesma universidade, instituição onde se graduou em Jornalismo, e especialista em Estética e Teoria da Arte pela Universidad Autónoma de Barcelona (UAB). É autor de "Romance: história de uma ideia" (Companhia das Letras, 2021), onde realiza uma revisão crítica do romance em seus supostos quatro séculos de existência. É também autor dos romances "A resistência" (Companhia das Letras, 2015), vencedor dos prêmios Jabuti, Saramago, Oceanos e Anna Seghers, e de "A ocupação" (Companhia das Letras, 2019), "Procura do romance" (Record, 2011), e "Histórias de literatura e cegueira" (Record, 2007), todos finalistas dos principais prêmios literários brasileiros. Em 2012, foi escolhido pela revista britânica *Granta* como um dos vinte melhores jovens escritores brasileiros. Foi repórter de literatura da Folha de S. Paulo e colaborador das revistas *Entrelivros* e *Cult*. Atualmente, é colunista do portal UOL. Seus livros já foram traduzidos para dez línguas e publicados em diversos países.

<sup>28</sup>Professora Doutora da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e coordenadora do Núcleo de Pesquisas em Estudos Literários (NUPEL).

usando a capacidade da literatura em conectar o ficcional e o real, trago para a minha pessoalidade, que ao me deparar com a perda de minha mãe, não tive o privilégio de escolher estar presente em seu velório, seguido logo depois pelo tão doloroso enterro, e assim, reconstruir seus passos pela minha escrita. A ausência de registros acerca da cerimônia fúnebre de minha genitora, incluindo a inexistência de informações sobre homenagens, pedidos de perdão ou mesmo as condições climáticas do dia, impulsiona a utilização da ficção. Por meio da fantasia, teço a narrativa de sua despedida terrena e da cessação do sofrimento que a atormentava, buscando uma presença simbólica em sua última jornada.

Apenas me recordo do depois: meus familiares chegando em casa e ocupando os espaços que, outrora, eram habitados por sete pessoas. Agora, havia apenas seis. Faltava alguém. Lembro-me de ter olhado para o quarto escuro e lá estava a cama onde ela passou os últimos dias de sua vida. Mas a cama estava vazia. Não me recordo, pois são memórias que “repousam sobre o indizível” (COSTA, 2018, p 254), devido ao trauma de perder alguém com quem, até então, eu começava a construir uma ligação amorosa e afetuosa, lembro-me de tê-la chamado pelo nome, mas, no fundo da minha alma, eu já sentia que ela não estava mais ali.

No entanto, hoje me pergunto: se eu estivesse presente em seu enterro, se tivesse visto seu caixão sendo baixado às profundezas da terra, talvez tivesse mais lembranças e, assim, pudesse tentar resgatar, por meio dos rituais vividos naquele dia, a presença dela em minha memória. Nos dias finais de vida de Zola, Mvelo tomou conhecimento de seu último desejo: a promessa de não ser sepultada em um caixão. Mvelo estava determinada a cumprir essa incumbência, embora desconhecesse o meio para tal: “E, de um jeito ou de outro, levaria adiante o desejo de sua mãe de não ser enterrada em uma caixa” (NTSHINGILA, 2016, p. 22).

Assim se encontra a necessidade de se construir um questionamento sobre as minhas lembranças e qual teria sido o último desejo de minha mãe? À semelhança de Zola, que em seus momentos derradeiros confrontava temores e a incerteza quanto à concretização de seus anseios póstumos: “Aconteça o que acontecer, me enrole em um lençol e me mande para Deus, mas não deixe que me coloque em uma caixa” (NTSHINGILA, 2016, p. 20), identifico-me com a possibilidade de que minha genitora também nutria desejos e apreensões não expressos.

Acredito que tenha desejado o melhor para mim e que tenha partido com o coração temeroso pelo meu futuro, assim como Zola, que se preocupava profundamente com Mvelo, enquanto saía todos os dias procurando sobras de comida no lixo para sobreviver e achar alimentos para “forrar nossos intestinos e protegê-los dos remédios corrosivos que

precisamos tomar para não morrer e deixar órfãos para trás”. Em ambas as histórias, o medo e o cuidado materno se entrelaçam em meio à dor e à precariedade, revelando a força silenciosa do amor em tempos de ausência e vulnerabilidade social.

É relevante destacar que os traumas atravessam a linha do tempo, assim como a literatura, “deslocando-se de uma perspectiva histórica”(COSTA, 2018, p. 254). Dessa forma, compreendemos que a literatura transcende limites cronológicos, uma vez que, por meio dela, é possível experienciar acontecimentos ocorridos há anos, ou até mesmo décadas, Dessa forma, as memórias, sejam elas vivenciadas ou meramente fantasiadas, convertem-se em fontes de estudo para a elucidação de eventos históricos protagonizados por mulheres negras que foram sistematicamente apagadas da historiografia.

### **2.3 A MATERNIDADE EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE: REFLEXÕES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE ZOLA E MVELO DURANTE A PANDEMIA DE HIV/AIDS**

“Para as crianças que vivem às margens da sociedade e que passam por dilemas colossais. As suas vozes são importantes” (NTSHINGILA, 2016, Dedicatória).

Depois de contextualizar a evolução do HIV-AIDS e a importância do resgate das narrativas silenciadas de milhares de mulheres negras soropositivas, partiremos para a análise da relação de maternidade construída entre as personagens Zola e Mvelo. Cabe, neste ponto da pesquisa, analisar de forma mais aprofundada como a pandemia de HIV/AIDS é representada por meio da literatura, especialmente a partir da construção das personagens Zola e Mvelo, mãe e filha. Através delas, observa-se como as relações familiares, afetivas e sociais são profundamente impactadas pelas consequências do vírus. A narrativa não apenas dá visibilidade às dores físicas e emocionais causadas pela doença, como também revela os efeitos do estigma, da exclusão e da vulnerabilidade social que atravessam a vida de mulheres negras contaminadas e de suas crianças órfãs.

Assim, a literatura torna-se um espaço de denúncia e memória, onde vozes silenciadas pela história oficial podem ser resgatadas e ressignificadas. Convém também estabelecer um paralelo com a realidade entre as vivências das mulheres negras sul-africanas e suas crianças órfãs e aquelas vivenciadas por suas irmãs de cor no Brasil. Ambas, assim como Zola e Mvelo, compartilham histórias atravessadas por contextos de violência estrutural, racismo, desigualdade de gênero e exclusão social, fatores que agravam os impactos do HIV/AIDS em suas vidas.

Ao traçar esse paralelo, é possível compreender que, embora inseridas em realidades geográficas distintas, essas mulheres enfrentam desafios semelhantes no que se refere ao acesso à saúde, ao cuidado com os filhos e à luta por dignidade e visibilidade. Dentro da narrativa ficcional, a personagem Zola encontra-se assolada pelos efeitos do HIV/AIDS, enquanto enfrenta as duras consequências de viver em uma África do Sul ainda profundamente marcada pelas feridas do *apartheid*.

Dentro da narrativa Zola era apresentada como uma mulher negra, mãe solo, desprovida do apoio familiar. Em razão do machismo de seu pai e por ter engravidado na adolescência, viu-se compelida a ocultar sua gestação até o nascimento de Mvelo. A rejeição paterna manifestou-se de forma abrupta e violenta logo após o parto, como se observa na seguinte passagem: "Eu não tenho mais filha. Ela e essa criança abastada não são bem-vindas nessa casa. Ela só nos trouxe vergonha" (NTSHINGILA, 2016). Contudo, diante da pobreza extrema, da falta de acesso a medicamentos e da negligência estrutural, Zola encontrava forças no amor materno e no desejo de proteger Mvelo da mesma trajetória de sofrimento. O temor de deixar a filha órfã tornava-se um combustível emocional para resistir às dores físicas e psicológicas causadas pelo HIV/AIDS. Como expressa a citação “[...] para não morrer e deixar órfãos para trás” (NISHINGILA, 2016, p. 10), a maternidade, nesse contexto, assume um caráter de resistência vital, em que o simples ato de lutar pela própria sobrevivência é impulsionado pelo vínculo com a filha.

Além disso, Zola se sustentava na esperança representada pelos sonhos e pelas perspectivas de futuro de Mvelo, encontrando neles um motivo para continuar, mesmo em meio à adversidade. Sua experiência revela a complexidade da condição de mulheres negras que, mesmo diante do abandono do Estado, insistem em manter vivas suas histórias por meio do afeto e do cuidado. Por meio dessa conexão afetiva e simbólica, é possível compreender as múltiplas camadas de vulnerabilidade que atravessam essas personagens, desde as consequências da marginalização histórica até os efeitos devastadores da exclusão no acesso à saúde, à proteção social e à dignidade. Essa abordagem permite não apenas refletir sobre a experiência individual das personagens, mas também lançar luz sobre uma realidade coletiva, ainda marcada por desigualdades de gênero, raça e classe social.

Dentro da análise proposta por esta pesquisa, ao abordar a situação de mulheres negras vitimadas pela pandemia do HIV/AIDS e de seus respectivos órfãos/as, evidencia-se que esses sujeitos vivem em uma sociedade profundamente marcada pela desigualdade, estruturalmente alicerçada no racismo. Nesse cenário, o sentimento do medo especialmente aquele relacionado à contaminação, à perda e ao estigma social passa a permear o imaginário

dessas populações. Para compreender o conceito de "imaginário" que permeia a mente dessas mulheres, é pertinente recorrer à definição oferecida pelo Dicionário de Conceitos Históricos, o qual compreende que:

Imaginário" significa o conjunto de imagens guardadas no inconsciente coletivo de uma sociedade ou de um grupo social; é o depósito de imagens de memória e imaginação. Ele abarca todas as representações de uma sociedade, toda a experiência humana, coletiva ou individual: as ideias sobre a morte, sobre o futuro, sobre o corpo (SILVA, 2009, p. 213).

Tal sentimento, como decorrência direta do HIV/AIDS e de suas implicações sociais e afetivas, é simbolicamente representado na narrativa pela personagem Mvelo. Através dela, torna-se possível visualizar os impactos emocionais e psicológicos deixados pela epidemia em crianças órfãs, que não apenas enfrentam a ausência dos pais, mas também carregam o peso do silêncio, do estigma e da exclusão.

Ao se deparar com a condição de orfandade causada pela doença, somada à experiência traumática de ter sido vítima de abuso sexual, Mvelo carrega não apenas marcas físicas e sociais, mas também profundas feridas emocionais. Sua saúde mental é visivelmente abalada, e os vínculos afetivos que ela constrói ao longo da narrativa são atravessados pela constante vigilância diante da possibilidade de contaminação pelo HIV. Zola se preocupava com Mvelo e a motivava a fazer o teste de virgindade: “[...] Zola também pressionou para que ela voltasse a fazer os testes de virgindade” (NTSHINGILA, 2016, p. 12) para evitar possíveis abusos e com isso, a infecção do HIV-AIDS. Contudo, Mvelo, se incomodava com o fato de se expor e recusava em comparecer aos exames, e Zola temerosa e abalada pelo futuro da filha, a pressionou: “Mvelo, sei que você não está fazendo nada de errado com os rapazes, mas eu quero que você vá, pela minha paz de espírito” (NTSHINGILA, 2016, p. 12).

O medo de contrair o HIV/AIDS viria a permear o imaginário de Mvelo em sua vida adulta. Ao conhecer Cetshwayo, que por ela se apaixonou, e após um período de encontros sem relações sexuais, ele a convidou para conhecer seus pais. Porém, Mvelo, temerosa pelo futuro e marcada pelos processos de dor que Zola experienciou, fez um pedido a Cetshwayo.: “Bom, antes de fazermos planos, talvez você devesse fazer uma visita a uma clínica e depois me apresentar á sua mãe” (NTSHINGILA, 2016, p. 158).

Assim, sua trajetória ficcional evidencia como o trauma, o estigma e a dor do luto moldam profundamente a forma como sujeitos vulnerabilizados se relacionam consigo mesmos, com o outro e com o mundo. O artigo intitulado “Crianças órfãs e vulneráveis pelo HIV no Brasil: onde estamos e para onde vamos?”, publicado na Revista de Saúde Pública

(2006), contribui de forma significativa para a compreensão do impacto do HIV/AIDS na vida de crianças (que assim como Mvelo na ficção) e adolescentes que perderam seus responsáveis, ainda que em contextos brasileiros.

A pesquisa contempla dados relevantes sobre adolescentes órfãos residentes nas cidades de São Paulo e Santos, e destaca que: em São Paulo e Santos, estudo com adolescentes portadores do HIV/AIDS, dentre eles alguns órfãos por Aids, indicou que o medo e a vivência do estigma e da discriminação adiam a revelação diagnóstica para si e para os outros. Tais fatores impactam o acesso ao cuidado de saúde assim como outras áreas da vida afetiva, sexual, social e educacional, aumentando seu isolamento e a vulnerabilidade à Aids bem como a outras violações de direitos humanos (FRANÇA JUNIOR; DORING; STELLA, 2006, p. 24).

Assim como muitas crianças que perdem suas mães precocemente, antes mesmo de desenvolverem laços afetivos sólidos, somos apresentadas, no centro da narrativa, à personagem Mvelo. Apesar de ser apenas uma adolescente de 14 anos, ela já carrega em si as marcas de uma existência atravessada pela dor, pela responsabilidade e pela perda. Como expressa a própria personagem: "[...] sentia-se como um sapato gasto. Tinha quatorze anos, com a cabeça de uma mulher de quarenta" (NTSHINGILA, 2016, p. 7). Mvelo se vê na posição de cuidadora de sua mãe, tarefa que, embora permeada pelo afeto, impõe-lhe um peso emocional e psicológico desproporcional à sua fase da vida.

Essa inversão precoce dos papéis parentais evidencia o modo como a pandemia de HIV/AIDS compromete não apenas a saúde física, mas também a estrutura emocional e o desenvolvimento subjetivo de crianças e adolescentes, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Essa experiência dolorosa obriga a personagem a assumir posturas e sentimentos próprios da vida adulta, levando-a a se perceber como alguém mais velha do que realmente é.

As camadas sociais em que Zola e Mvelo estavam inseridas traziam marcas profundas às suas vidas, especialmente no que diz respeito às constantes ameaças de abusos sexuais que assolavam o cotidiano de mulheres e meninas na África do Sul. Diante desse cenário, Zola, em um gesto de cuidado atravessado pelo medo, impunha à filha a realização dos chamados testes de virgindade, uma prática que, embora controversa, era compreendida por algumas mães como uma forma de detectar silenciosamente possíveis abusos sexuais sofridos por suas filhas.

Essa tentativa de proteção revela, ao mesmo tempo, os conflitos entre tradição e modernidade, bem como a precariedade dos recursos institucionais e a necessidade de

estratégias próprias de sobrevivência em contextos de violência estrutural. No trecho a seguir, Mvelo expõe essa situação: "Zola também pressionou para que ela voltasse a fazer os testes de virgindade" (NTSHINGILA, 2016, p. 12). Em outro momento, a fala de Zola revela sua angústia e reafirma a dimensão emocional por trás dessa exigência: "Mvelo, sei que você não está fazendo nada de errado com os rapazes, mas eu quero que você vá, pela minha paz de espírito" (NTSHINGILA, 2016, p. 12).

A historiadora Sandra Jatahy Pesavento<sup>29</sup>, diz que tanto a disciplina histórica quanto a literatura possuem a capacidade de veicular saberes e percepções acerca do mundo e das vivências humanas. Enquanto a história oferece uma visão fidedigna e contextualizada do passado, a literatura, por meio de narrativas fictícias e simbólicas, pode proporcionar insights mais profundos acerca da experiência humana, das emoções e sensibilidades, dos conflitos éticos e das intrincadas facetas da vida (Pesavento, 2006, p. 23). Além disso, esclarece o conceito de representações, ao considerar que a literatura possui a capacidade de nos fazer sentir e imaginar como era a vida das pessoas em determinada época, inseridas em contextos relacionados à realidade. O trecho que corrobora essa perspectiva é o seguinte

É preciso ter em conta, contudo, que os discursos literário e histórico são formas diferentes de dizer o real. Ambos são representações construídas sobre o mundo e que traduzem, ambos, sentidos e significados inscritos no tempo. Entretanto, as narrativas histórica e literária guardam com a realidade distintos níveis de aproximação. (PESAVENTO, 2006, p. 7).

Podemos, assim, estabelecer uma correlação entre os dados históricos e a narrativa ficcional vivenciada por Mvelo e Zola. Assim, segundo matéria da Folha de São Paulo, publicada em 3 de dezembro de 1997, o jornalista Rodrigo Leite apresenta uma grave constatação ao divulgar dados alarmantes sobre os altos índices de abusos sexuais na África do Sul. Com o título "África do Sul bate recorde de estupros" é relatado que, até aquele ano, foram registrados 139 estupros por dia. A matéria elucida dados sobre os abusos sexuais pós apartheid que condiz com a realidade que Zola e Mvelo estão expostas dentro do contexto literário. A seguir os dados:

O período pós-apartheid testemunha o crescimento do número de estupros. Entre 1980 e 1993, houve um crescimento de cerca de 30%; de 1993 até 1996, o número de casos registrados praticamente triplicou (LEITE, 1997, *online*).

---

<sup>29</sup> Sandra Jatahy Pesavento (1946-2009) foi uma historiadora brasileira, professora titular do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduada em História pela UFRGS, obteve mestrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP).

Com isso se afirma o temor de Zola que era latente e real, e também se atrela com as ameaças constantes que mulheres e crianças enfrentavam na África do Sul pós-apartheid, especialmente no que tange à violência sexual e à disseminação do HIV/AIDS. Nesse contexto adverso, a relação entre mãe e filha se fortaleceu, tornando-se um alicerce de resistência contra as adversidades impostas por um ambiente marcado por desigualdades sociais e de gênero.

A preocupação de Zola com a segurança de Mvelo, retratada no romance *Sem Gentileza* de Futhi Ntshingila, evidencia a luta diária das mulheres negras sul-africanas para proteger suas famílias em meio a desafios estruturais persistentes. Essa dinâmica reflete uma forma de resistência feminista em contextos de invisibilização estatal, onde o apoio entre mãe e filha e os laços afetivos tornam-se fundamentais para a sobrevivência e preservação da dignidade.

#### **2.4 O ABUSO SEXUAL SOFRIDO POR MVELO: O ENCONTRO TRÁGICO DA REALIDADE E A LITERATURA**

É fundamental, para refletir sobre o que se passa com as personagens Zola e Mvelo, considerar os abusos sexuais perpetrados contra mulheres em contextos africanos, como no caso de Ruanda durante o genocídio de 1994. O pesquisador Sílvio Marcus de Souza Correa<sup>30</sup>, elucida em seu texto chamado “Silêncio atordoante dos relatos de violência sexual em contexto de guerra civil ao dever de memória” (2023) que em muitos casos, mulheres vítimas de abusos sexuais durante o genocídio em Ruanda permanecem em silêncio diante do trauma vivido.

A lembrança dessa violência, no entanto, é frequentemente trazida à tona por outras mulheres que, por meio de laços de proximidade e afetividade, ajudam a resgatar e dar voz à memória dessas experiências silenciadas. É possível estabelecer uma correlação entre o resgate das memórias das mulheres negras ruandesas, transmitidas por meio do afeto coletivo, e o cuidado que Zola dispensava a Mvelo. Mvelo, ainda jovem e inocente, recebia de Zola uma atenção maternal que se manifestava através da afetividade: “Quando voltou a si, percebeu que estava cantando sozinha, sob o olhar fixo da congregação e o brilho no rosto de

---

<sup>30</sup> Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis-SC.

Zola” (NTSHINGILA, 2016, p. 13), refletindo a importância dos laços emocionais na preservação e transmissão de experiências e memórias em contextos de adversidade.

Com isso se afirma o temor de Zola que era latente e real, e também se atrela com as ameaças constantes que mulheres e crianças enfrentavam na África do Sul pós-apartheid, especialmente no que tange à violência sexual e à disseminação do HIV/AIDS. Nesse contexto adverso, a relação entre mãe e filha se fortaleceu, tornando-se um alicerce de resistência contra as adversidades impostas por um ambiente marcado por desigualdades sociais e de gênero. A preocupação de Zola com a segurança de Mvelo evidencia a luta diária das mulheres negras sul-africanas para protegerem suas famílias em meio a desafios estruturais persistentes.

Esse laço de amor se faz presente, quando, após o incidente de abuso sofrido por Mvelo, temerosa em relatar o ocorrido à sua genitora, ela optou pelo silêncio e buscou consolo nos braços maternos, em um gesto que se tornou um ritual noturno: “As duas dormiram em silêncio, uma nos braços da outra. Era só o que lhe restava” (NTSHINGILA, 2016, p. 19).

### 3. A CONEXÃO ENTRE ROMANCISTAS MULHERISTAS E A ESCRITA DE FUTHI NTSHINGILA: VOZES, NARRATIVAS E RESISTÊNCIA

#### 3.1 CONCEIÇÃO EVARISTO

Futhi Ntshingila também permite estabelecer conexões com outras romancistas mulheristas<sup>31</sup> que transformam o ato da escrita em instrumento de denúncia contra as violências estatais e o racismo estrutural. Nesta análise da obra em questão, abordaremos, primeiramente, o conceito de "escrevivência", formulado pela escritora Conceição Evaristo, torna-se, em seguida, imprescindível proceder a uma breve contextualização acerca da autora.

Conceição Evaristo é uma proeminente escritora brasileira, cuja obra se distingue pela sua abordagem perspicaz e impactante das complexas dinâmicas envolvendo identidade, raça, gênero e classe no contexto brasileiro. Nascida em uma favela em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1946, Evaristo experienciou de perto as vicissitudes do racismo estrutural e da marginalização social, aspectos fundamentais que influenciaram substancialmente sua produção literária. Graduada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais e detentora de um doutorado em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense, Evaristo consolidou-se como uma figura de destaque na literatura afro-brasileira contemporânea. Sua escrita, caracterizada por uma prosa poética e um estilo narrativo distintos, muitas vezes permeados por uma perspectiva feminina e negra, evidencia uma busca pela expressão da voz subalterna e a ressignificação de narrativas historicamente marginalizadas.

Entre suas obras mais reconhecidas estão "Ponciá Vicêncio", "Becos da Memória", "Insubmissas lágrimas de mulheres" e "Olhos D'Água", nas quais Evaristo explora as vivências e os desafios enfrentados por mulheres negras em diferentes contextos históricos e sociais do Brasil. Além de sua produção literária, Evaristo é também reconhecida por sua atuação como ativista, engajando-se na promoção dos direitos humanos e na visibilidade da literatura afro-brasileira, contribuindo assim para a desconstrução de estereótipos e a ampliação da representatividade no cenário literário nacional. A trajetória de Evaristo foi coroada com diversos prêmios e honrarias, incluindo o prestigiado Prêmio Jabuti e o Prêmio Casa de las Américas. Seu impacto transcende os limites da literatura, inspirando uma

---

<sup>31</sup> Termo cunhado em 1983 pela autora afro-americana Alice Walker, que percebeu que o feminismo da época não falava sobre as vivências das mulheres negras. Então, ela criou o conceito de "mulherismo", um termo que reconhece a força, a espiritualidade e a luta das mulheres negras. Para se aprofundar na autora, ler o livro "A cor púrpura".

reflexão crítica sobre as questões de injustiça social e incentivando a valorização da diversidade cultural brasileira em diversas esferas acadêmicas e sociais.

Nesse sentido, faremos uso do conceito de "Escrevivências", criado por Conceição Evaristo em 1995, para descrever as relações e vivências no contexto da vida das mulheres na África do Sul, aqui representadas pelas personagens Zola e Mvelo, e de mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade dentro do contexto da pandemia HIV/AIDS. O conceito de "escrevivência", implica na confluência entre os termos "escrever" e "viver", denotando assim uma abordagem de "escrever vivências". A autora descreveu o conceito em uma entrevista concedida ao portal *Geledes*, “Quando eu faço a minha dissertação de mestrado, e aí eu começo um jogo entre escrever-viver, escrever-se-vendo, escrevendo, até chegar ao termo escrevivência” (GUZZO, 2021, *online*).

Portanto, dentro da produção literária, Futhi Ntshingila incorpora aspectos da escrevivência, nos quais a escrita assume o papel de instrumento para tornar visíveis as vozes historicamente subalternizadas, aqui representadas, especificamente, de mulheres sul-africanas e esquecidas pela sociedade. No contexto narrativo, Zola e Mvelo simbolizam as experiências de milhares de mulheres negras que enfrentaram a pandemia de HIV/AIDS, inseridas em cenários de pobreza e miséria, e cujas histórias são frequentemente silenciadas. Dessa forma, o ato de escrever constitui-se, nesta obra, como um veículo de resistência frente às narrativas hegemônicas, às desigualdades sociais e às violências de gênero.

Para que as vivências de mulheres negras sejam reconhecidas e preservadas, é imprescindível recorrer à escrita como instrumento de resistência e memória, possibilitando a narração de suas trajetórias de forma que não sejam silenciadas ou esquecidas. De acordo com a pesquisadora Maria Nazareth Soares Fonseca,<sup>32</sup> o termo “escrevivência” se constitui a partir da articulação entre o conjunto de experiências vividas e o ato de narrá-las.

Trata-se de um modo de escrita que resgata as vivências de mulheres negras historicamente marginalizadas, conferindo-lhes visibilidade por meio da literatura. Fonseca destaca ainda que esse conceito se ancora “nos sentidos permitidos pela expressão ‘escrever vivências’ ou mesmo de escrever fatos vividos pelo eu que os recupera pela escrita”, evidenciando, assim, a dimensão subjetiva e política presente nesse gesto literário (FONSECA, 2020. p. 59).

Sendo assim, ao relacionarmos a escrita de Futhi Ntshingila com o conceito de escrevivência, observamos que sua presença se materializa nos espaços de inter-relação entre

---

<sup>32</sup> Doutora em Literatura Comparada pela UFMG, com cursos de atualização e estágio sanduíche na Université de La Sorbonne Nouvelle, Paris.

mãe e filha, configurando-se como uma estratégia narrativa de resistência às marcas profundas do racismo institucionalizado durante o regime do apartheid na África do Sul. Nesse cenário, as experiências das personagens, Zola e Mvelo, são elaboradas como formas de insurgência contra o silenciamento e o apagamento de suas memórias, reafirmando a narrativa como um instrumento fundamental de preservação histórica, cultural e identitária.

Ao longo de toda a obra, é possível observar a resiliência das personagens diante das adversidades que enfrentam. Contudo, para ilustrar de maneira mais precisa esse conceito, propomos a análise de um trecho específico que evidencia tal característica. Na narrativa literária, embora estivesse acamada diariamente pelas consequências do vírus HIV/AIDS, bem como pela escassez de suprimentos, a qual frequentemente a obrigava a deixar o leito em busca de alimentos no lixo em uma tentativa desesperada de assegurar um mínimo de dignidade para si e para sua filha, a resiliência de Zola manifesta-se na necessidade de se fazer presente na vida de Mvelo, atitude que se evidencia no excerto a seguir: “Nessa época ela já não estava mais forte fisicamente. Até mesmo o vento poderia derrubá-lá. Mas sua determinação interior era de aço, Sua fortaleza interior poderia amansar leões e transformá-lo em gatinhos manhosos” (NTSHINGILA, 2016, p. 10).

Essa atitude de Mvelo configura-se como uma expressão do poder de sua própria escrevivência. Zola, ainda que inconscientemente, exercia esse poder, que, no contexto literário, manifesta-se pela resistência subjetiva e pela preservação de sonhos e memórias diante da adversidade. Tal força simbólica se materializa na maneira como ela projeta esperança no futuro de sua filha. Isso é evidenciado quando se afirma que "Mvelo escutava sua mãe sonhar alto sobre o desejo de um dia ver sua filha se tornar uma cantora" (NTSHINGILA, 2016, p. 11).

Aqui, evidencia-se que a escrevivência de Zola funcionava como um instrumento de esperança, possibilitando a reconstrução da trajetória de Mvelo. Esse processo não apenas a fortalecia emocionalmente, como também assegurava que o legado de força, resistência e determinação de sua mãe fosse transmitido às gerações futuras, especialmente a outras mulheres negras que compartilham de experiências similares de marginalização e luta.

Convém destacar que, embora Mvelo e Zola não tivessem acesso a meios básicos de subsistência sendo que, no caso de Mvelo, sua adolescência foi profundamente marcada pela responsabilidade de cuidar da própria mãe, essa condição a impossibilitou de acessar a educação formal de maneira plena, e tais ausências não as impediram de construir e narrar suas próprias histórias. As personagens encontraram, em seus corpos e em suas vozes, a força necessária para resistir e cuidar uma da outra, pois o amor uma da outra era só o que restava

em meio ao sofrimento, como se expressa em um trecho: “As duas dormiram em silêncio, uma nos braços da outra. Era só o que restava” (NTSHINGILA, 2016, p. 19).

As escrevivências manifestam-se, neste contexto, por meio do afeto materno que Mvelo encontrava nos braços de sua mãe. Embora debilitada, como retrata a autora, "Nessa época ela já não estava mais forte fisicamente. Até mesmo o vento poderia derrubá-la" (NTSHINGILA, 2016, p. 10), Mvelo ainda reconhecia, nesse corpo fragilizado pelas dores de uma enfermidade em estágio avançado, uma fonte de acolhimento e segurança. Apesar do desgaste físico de Zola, ambas resistiam às adversidades impostas pela realidade social e assumiram, de forma ativa, o protagonismo de suas próprias trajetórias.

Tal potência remete às palavras de Conceição Evaristo, que, em entrevista concedida ao canal TV Brasil em 2024, afirma: “Eu não nasci rodeada de livros, eu nasci rodeada de palavras.” (EVARISTO, 2021, 0:51). Conceição também relata que as oportunidades de escuta vieram a formar a sua capacidade de escrita (EVARISTO, 2021, 1:04). A romancista também evidencia que a oralidade constitui a base de sua escrita. Nesse sentido, a oralidade se materializa na linguagem escrita, conferindo à narrativa autenticidade, além de preservar saberes e memórias ancestrais silenciadas pela literatura ocidental.

Essa declaração evidencia como, mesmo diante da ausência de recursos formais, da dor e das consequências do racismo estrutural, a oralidade e as vivências das personagens se tornam formas legítimas de produção de conhecimento. Nesse contexto, marcado por um elo maternal, o afeto cultivado na relação entre Zola e Mvelo também configura-se como uma potente expressão de resistência e construção de saberes, embora.

Nesse contexto, a resistência também se manifesta quando Mvelo, movida por um sentimento de determinação, reconhece que já não suportava ver sua mãe naquele estado deplorável, imposto pelas mazelas do vírus HIV/AIDS, que submete o corpo materno a um profundo sofrimento. Configura-se como coragem o seguinte episódio.

Simplesmente desisti da ilusão de ver sua mãe melhorar e resolveu parar de dar os comprimidos a ela. Apertou sua mãe forte e disse: “Mãe, você não está melhorando, e não temos comida que ajude os comprimidos a fazerem efeito. É muito sofrimento. Eu tenho que te deixar ir e peço pra que você descanse. Ela falou como uma mulher que vivera muitos anos. Não sabia de onde viera aquilo (NTSHINGILA, 2016, p. 20).

Vivendo em condições de extrema vulnerabilidade e sem uma rede de apoio, a força de Mvelo emerge subitamente quando, ao se deparar com a inexistência do brilho que outrora habitava nos olhos de Zola, não hesita em antecipar o fim do sofrimento de sua mãe.

Nesse gesto, os afetos se entrelaçam à força que cada uma sustentava na outra, revelando uma forma de resistência tecida na dor, no cuidado e no laço profundo entre mãe e filha.

### 3.2 VILMA PIEDADE

Partiremos, neste momento, para a apresentação de Vilma Piedade, responsável pela obra *Dororidade*, publicada pela Editora Nós, em 2017. A escritora se autodefine como "mulher, preta, brasileira e feminista", sendo graduada em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pós-graduada em Ciência da Literatura pela mesma instituição.

A escrita de Vilma Piedade se encontra com as personagens criadas por Futhi Ntshingila, através da "Dororidade". Nesse sentido, é possível inferir o conceito de "Dororidade", que se conecta a partir das experiências de dores compartilhadas entre mulheres negras. Vilma Piedade conceitua a Dororidade como "a cumplicidade entre mulheres negras, pois existe dor que só as mulheres negras reconhecem", ressaltando que essa conexão se estabelece por meio do reconhecimento mútuo de vivências marcadas por dores específicas do racismo. Dentro da dimensão vivenciada por Zola e Mvelo, identificam-se os elementos necessários para estabelecer uma conexão com as dores compartilhadas por outras mulheres negras.

Nesse sentido, a dimensão da pandemia de HIV/AIDS em Moçambique, conforme mencionado anteriormente a partir dos estudos de Hélio Bento (2021), revela um paralelo significativo com a experiência sul-africana de Zola e Mvelo em "Sem gentileza". Mulheres negras moçambicanas, inseridas em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, compartilham com as personagens a realidade da infecção pelo vírus HIV/AIDS e, crucialmente, a atribuição da responsabilidade como provedoras centrais de suas famílias.

Conforme a pungente representação de Ntshingila, a personagem Zola personifica a extrema precariedade ao buscar, reiteradamente, vestígios de alimento em resíduos descartados, ilustrando a profunda insegurança alimentar que assola indivíduos em contextos de vulnerabilidade socioeconômica exacerbada pela pandemia de HIV/AIDS e pela ausência de suporte estatal efetivo.

Essa convergência de fatores, sendo a vulnerabilidade estrutural, a soropositividade e o papel de sustentação familiar, estabelecem um elo entre as narrativas ficcionais e as experiências concretas, evidenciando a universalidade de certas opressões interseccionais enfrentadas por mulheres negras em diferentes contextos geográficos marcados pela pandemia. Assim, Helio Bento afirma que: "Todavia, são igualmente actoras

menos privilegiadas no mercado de trabalho e educacional, entre outros aspectos sociais. Isso relega as mulheres a posições e condições menos favoráveis na sociedade” (BENTO, 2021, p. 2).

Assim, é possível perceber que a Dororidade se expressa por meio do peso da responsabilidade que as mulheres negras assumem ao longo de suas trajetórias. Tal carga resulta de construções culturais e do machismo estrutural (BENTO, 2021, p. 2), manifestando-se de maneira significativa na vida cotidiana. Contudo, ao se analisar a realidade das mulheres negras vivendo com HIV/AIDS, evidencia-se a gravidade da escassez no acesso e no controle dos recursos de saúde destinados a essa população. Sobre essa questão, Hélio Bento analisa:

[...] nas experiências quotidianas de um grupo de mulheres infectadas pelo HIV e SIDA, tomar essas experiências como uma ‘janela’ para compreender como factores socioculturais e de tradição influenciam ou podem influenciar o acesso e controle dos recursos nessas mulheres (BENTO, 2021, p. 2).

Dentro da esfera literária que retrata a adolescência e a entrada precoce na vida adulta de Mvelo, observamos como essas dimensões convergem, sobretudo quando a jovem, ao testemunhar o progressivo enfraquecimento de sua mãe, assume para si o papel materno. Mvelo entrega-se integralmente aos cuidados daquele corpo já exaurido, incapaz de reagir fisicamente à deterioração provocada pela doença. Assim, as relações entre mãe e filha se tornam um recurso de resistência para sobreviver ou, pelo menos, para amenizar os sofrimentos cotidianos derivados de sua condição socioeconômico agravada pela doença, que todas as noites se ilustrava nos momentos em que Mvelo e Zola eram obrigadas a dormir “[...] no colchão de solteiro que ambas dividiam, um colchão apoiado por tijolos” (NTSHINGILA, 2016, p. 10-11), em um quarto que através das condições do barraco onde habitava com sua mãe, Mvelo, podia ver as estrelas.

No excerto a seguir, evidencia-se a presença marcante de Mvelo na vida de Zola, uma mulher marcada pelas dores e cicatrizes impostas pelo HIV/AIDS cuja morte se aproximava como um desfecho inevitável. No excerto a seguir, Futhi Ntshingila retrata, com sensibilidade, a significativa presença de Mvelo na vida de Zola: “Com a ajuda do luar que entrava pelas rachaduras na parede do barraco, Mvelo encontrou a bolsa de comprimidos de Zola e deu paracetamol para aliviar a dor de sua mãe” (NTSHINGILA, 2016, p. 13).

Portanto, a análise das experiências narradas em “Sem gentileza” transcende a mera descrição de trajetórias individuais, revelando um sentimento coletivo de pertencimento

e dores compartilhadas entre mulheres negras, cujas trajetórias são marcadas por perdas, solidão e abusos. Futhi Ntshingila, ao narrar as vivências de Zola e Mvelo, evidencia o reconhecimento mútuo diante das marcas deixadas pelo racismo, pela desigualdade social e pelas opressões de gênero, configurando-se como um testemunho da resiliência e da luta por dignidade em um contexto adverso.

### **3.3 SCHOLASTIQUE MUKASONGA, A ESCREVIVÊNCIA DE MVELO E SUAS MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS**

O romance *Sem Gentileza*, que narra os sofrimentos e resistências de mulheres sul-africanas no contexto pós-apartheid, conecta-se com um conjunto mais amplo de romances produzidos por escritoras africanas contemporâneas, dedicadas a refletir sobre os traumas do pós-colônia. Desse modo, buscamos aqui realizar um exercício comparativo, ainda que breve, entre as escrevivências de Futhi Ntshingila e a ruandesa Scholastique Mukasonga. Por meio da literatura, suas escritas estabelecem conexões significativas com as experiências de mulheres negras africanas cujos corpos são historicamente inscritos por marcadores de desigualdade de gênero, intrinsecamente imbricados ao racismo estrutural.

Nascida em 1956, na antiga província de Gikongoro, em Ruanda, Scholastique Mukasonga é autora de diversas obras que, assim como outras autoras africanas contemporâneas, retratam não apenas suas experiências pessoais, mas também as vivências de outras mulheres que integravam o coletivo ao qual pertencia, todas marcadas profundamente pelos intensos conflitos étnicos entre tutsis e hutus e “do estupro como arma de guerra” (CORRÊA, 2023, p. 83). A seguir um excerto que exemplifica essa escrita: Algumas mulheres africanas escreveram sobre a violência sexual a partir de suas próprias experiências ou de suas mães e irmãs ou companheiras de infortúnio (CORRÊA, 2023, p. 84).

Portanto dentro desse cenário é fundamental, para sustentar a compreensão do que se passa com a personagem Mvelo, considerar os abusos sexuais perpetrados contra mulheres em Ruanda durante o genocídio de 1994, “período em que os estupros individuais ou coletivos foram constantes” (CORRÊA, 2023, p. 84). O historiador Sílvio Marcus de Souza Corrêa, em seu texto intitulado “Silêncio atordoante dos relatos de violência sexual em contexto de guerra civil ao dever de memória”, destaca que, mesmo após três décadas, os testemunhos das vítimas neste caso, mulheres submetidas a abusos sexuais durante o genocídio em Ruanda permanecem silenciados em decorrência dos traumas vivenciados (CORRÊA, 2023, p. 83).

Contudo, diante da brutalidade inerente ao processo de violência sexual, milhares de mulheres sentem vergonha em expor os traumas causados por seus agressores. É relevante ressaltar a conexão entre as vivências das mulheres que foram abusadas sexualmente durante o genocídio em Ruanda e das mulheres sul-africanas afetadas pela pandemia de HIV/AIDS. Mukasonga relata esse triste episódio em um trecho que está no livro *“Baratas”*: “Enfim, houve Jocelyne, uma das filhas de Judith. Tinham matado seu marido e seu filho. Ela foi violentada. Estava grávida de um dos assassinos. Eles tinham se esquecido de matá-la, a não ser que lhe tenham reservado uma morte mais lenta: tinham-lhe transmitido aids.” (MUKASONGA, 2018, p. 135-136).

Segundo informações do site Human Rights Pulse e o texto publicado intitulado de “A SIDA como arma de guerra: o trauma do genocídio de Ruanda”, relata a triste realidade que o genocídio em Ruanda marca pela primeira: “em que a AIDS foi intencionalmente usada, juntamente com o estupro, como arma de genocídio” (BOUET, 2021, Online). Essa foi uma estratégia que os hutus planejaram, pois segundo Paul Kagame, ex-presidente de Ruanda: “centenas de pacientes com AIDS receberam alta de hospitais durante o genocídio e se tornaram um instrumento de guerra, tendo como alvo as mulheres” (BOUET, 2021, Online).

Mukasonga, em sua autobiografia, delinea as mortes macabras e os abusos sexuais perpetrados não somente durante o período de conflitos pregressos ao genocídio, mas também as torturas e os estupros sistemáticos que resultaram na contaminação de milhares de mulheres com o HIV/AIDS por seus agressores, estes cientes, que carregavam o vírus em seus corpos. A autora cita o seguinte: “Eles tinham se esquecido de matá-la, a não ser que lhe tenham reservado uma morte mais lenta: tinham-lhe transmitido AIDS” (MUKASONGA, 2006, p. 76).

Muitas das ruandesas que sofreram violência sexual acabaram contraindo o vírus e, como consequência, tornaram-se vítimas fatais, o que evidencia a interseção entre violência de gênero, conflitos armados e vulnerabilidade à epidemia. Diferente de Mvelo, que não contraiu o vírus HIV/AIDS através de um estupro e sim de uma relação sexual consensual, convém relacionar as experiências dessas mulheres pois ao pesquisar dentro do campo da historiografia, observamos que a trajetória de milhares de mulheres negras soropositivas é frequentemente negligenciada, cuja vulnerabilidade às opressões sociais e econômicas as expôs a um risco maior de se tornarem vítimas fatais do HIV/AIDS. A escassez de fontes para a realização desta pesquisa comprova esse fato: mulheres negras soropositivas são historicamente invisibilizadas no campo da história. Essa omissão revela um silenciamento

estrutural, que invisibiliza as especificidades das experiências dessas mulheres e perpetua a marginalização histórica e o apagamento de suas lutas e existências.

Essa condição de saúde, associada à falta de informação e ao preconceito estrutural, resultou em um contexto de exclusão para indivíduos das classes subalternizadas, reforçando as desigualdades e limitando o acesso a direitos fundamentais. Em contextos marcados por políticas de extermínio, onde a vinculação de poder se torna evidente, as mulheres frequentemente são relegadas à condição de corpos vulneráveis, tornando-se alvos de violência e abusos sexuais.

As mulheres negras sul-africanas, no contexto literário, refletem a dimensão da realidade social. Essa representação se concretiza quando Futhi Ntshingila retrata Zola como uma mulher estereotipada, vista com preconceito e comiseração pela sociedade. Sua aparência, antes marcada por curvas, agora refletia a imagem de uma mulher com o corpo fragilizado e quase moribundo, devido às consequências do HIV/AIDS. Zola era observada por todos:

Sua figura longilínea a deixava com uma aparência ainda pior. As pessoas na fila fofocavam por trás das mãos, como de costume, A visão de alguém claramente doente parecia incitá-los a falar sobre o que era uma verdade inquestionável para muitas pessoas que lá aguardavam, mesmo que não fosse possível ver (NTSHINGILA, 2016, p. 8).

O medo da pandemia de HIV/AIDS também permeia o imaginário dessa sociedade, que vive uma realidade marcada pelo adoecimento e pela morte, muitas vezes de forma prematura. Zola e aquelas mulheres infectadas pelo HIV-AIDS, vivenciavam o mesmo coletivo e compartilhavam do mesmo contexto histórico. No *Dicionário de Conceitos Históricos*, os autores denominam o conceito imaginário como: “o conjunto de imagens guardadas no inconsciente coletivo de uma sociedade ou de um grupo social; é o depósito de imagens de memória e imaginação. Ele abarca todas as representações de uma sociedade, toda a experiência humana, coletiva ou individual: as ideias sobre a morte, sobre o futuro, sobre o corpo” (SILVA, 2009, p. 2). Essa concepção se torna relevante ao refletir sobre os estigmas e imaginários produzidos coletivamente em torno das vítimas do HIV-AIDS, contribuindo para a invisibilização das suas experiências.

Embora estejam silenciadas pela dor do trauma, há, na subjetividade dessas mulheres, a consciência da necessidade de denunciar seus agressores. No entanto, rememorar os acontecimentos configura-se como um novo processo de sofrimento. Por essa razão, o material histórico torna-se fundamental para a construção de um arcabouço memorial que possibilite a

compreensão das nuances do sofrimento vivenciado por cada mulher vítima de abuso. No decorrer das denúncias, cabe ressaltar que, devido aos estereótipos associados às mulheres vítimas de abuso, muitas delas não se sentem dispostas a denunciar os responsáveis por suas dores. Portanto, o autor Sílvio Marcus de Souza Corrêa elucida a importância de todo aporte visual ou literário<sup>33</sup> como instrumento fundamental para a visibilidade das vozes silenciadas. Nesse sentido, ele afirma:

A partir de um corpus documental heteróclito (matérias da imprensa internacional, entrevistas, novelas, memórias, bandas desenhadas, filmes, fotografias e relatórios), aborda-se o tema da violência sexual contra mulheres no continente africano numa perspectiva histórica a fim de fornecer elementos para uma compreensão das violências, da solidão e do silêncio das mulheres sobre esta questão (CORRÊA, 2023, p. 83).

Tanto na narrativa de Futhi Ntshingila, quanto na autobiografia de Scholastique Mukasonga, ganha forma um espaço geográfico literário onde se narram memórias traumáticas em torno das violências sexuais. Estas memórias, ao serem compartilhadas, adquirem um papel de resistência frente às opressões e à invisibilidade de suas existências no seio de uma determinada sociedade. Estas, ao serem compartilhadas, adquirem um papel de resistência frente às opressões e à invisibilidade de suas existências no seio de uma determinada sociedade.

Para reforçar a relevância dessa escrita, retomamos o conceito de escrevivência. Trazendo para o contexto da violência sexual, tragicamente vivida por Mvelo, esse conceito pode ser compreendido de maneira mais ampla, uma vez que, segundo Conceição Evaristo, a escrevivência não se restringe a uma escrita de cunho pessoal, mas se constitui como uma prática que alcança outras histórias de mulheres negras, resgatando experiências coletivas e compartilhadas.

A Escrevivência pode ser como se o sujeito da escrita estivesse escrevendo a si próprio, sendo ele a realidade ficcional, a própria inventiva de sua escrita, e muitas vezes o é. Mas, ao escrever a si próprio, seu gesto se amplia e, sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno. E por isso é uma escrita que não se esgota em si, mas, aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade. Não se restringe, pois, a uma escrita de si, a uma pintura de si (EVARISTO, 2020, p. 27).

Tal processo de escrita se evidencia ao trazer a fala de Conceição Evaristo, quando a autora destaca que, mais do que a figura do narrador, são as experiências vividas

---

<sup>33</sup> É necessário destacar o filme documentário *Le silence des mots* [O silêncio das palavras], do jornalista francês Michaël Sztanke e do escritor franco-ruandês Gaël Faye, em coprodução da ARTE TV, trata da violência sexual contra mulheres à sombra do genocídio em Ruanda entre abril e julho de 1994.

que concedem voz à escrita e conferem vitalidade à narrativa (EVARISTO, 2022, p. 14). Esse processo pode ser vislumbrado quando, por meio de um gesto simbólico e corajoso, Mvelo compartilha suas dores ao adentrar a igreja onde seu abusador exercia a função de pastor, denunciando-o publicamente diante de todos os presentes. Esse ato de exposição da dor transforma-se em narrativa e memória coletiva, possibilitando a reconstrução de si e a visibilidade de experiências silenciadas. Abaixo, o trecho que retrata esse gesto de escrevivência, no qual a dor individual de Mvelo se transforma em denúncia pública e memória coletiva, ele precisava ser contido. “[...] A música começou, e lá estava ele, o homem que a violou. Estava em frente ao seu púlpito, forte e alto, bem alimentado pelas doações de pessoas desesperadas pelas doações” (NITSHINGILA, 2016, p. 132).

Ao se deparar com seu abusador ocupando uma posição de autoridade, simbolizada aqui pela centralidade do púlpito, Mvelo é confrontada com a possibilidade de reviver a tragédia e a dor de ter sido violentada, experimentando novamente a sensação de ter sua vida e sua dignidade arrancadas. A presença tranquila e impune do agressor, mesmo sendo o responsável direto por seu sofrimento, evidencia a atuação do patriarcado na cultura de uma sociedade estruturada na ideia da superioridade masculina em relação à mulher.<sup>34</sup>

Portanto, essas mulheres, por meio da oralidade e da denúncia, encontram espaço para dar voz às suas experiências e reconstruir suas memórias silenciadas. Em um âmbito mais amplo, embora ainda inseridas em contextos socioculturais e geográficos distintos (África Central e África do Sul), essas experiências encontram pontos de convergência por meio do feminismo transnacional, o qual transcende fronteiras territoriais e possibilita a construção coletiva de formas de resistência. Para estabelecer essa conexão, as autoras Simone Pereira Schmidt e Ana Gabriela Macedo afirmam que:

Disseminado por territórios diversos e disperso para além de fronteiras geográficas e políticas, o feminismo assume, na contemporaneidade, feição marcadamente plural, transnacional, profundamente implicada nos movimentos e fluxos de pessoas e nas redes de saberes e práticas construídas como formas de resistência e sobrevivência aos assaltos dos poderosos do mundo (SCHIMID, 2019, p. 1).

Portanto, é nesse tipo de literatura que as produções das autoras analisadas neste tópico se entrelaçam, articulando-se por meio de experiências comuns e vozes que emergem da vivência coletiva e que ultrapassam o espaço temporal e geográfico. A escrita de

---

<sup>34</sup> Embora esta pesquisa não se aprofunde especificamente na temática do patriarcado, considera-se relevante indicar algumas autoras que abordam o tema de forma significativa, como forma de contribuir com possíveis investigações futuras. Bell Hooks e Angela Davis.

resistência das romancistas aqui analisadas pode ser compreendida dentro de uma rede de saberes, na medida em que, ao atravessarem suas vivências, compartilham experiências coletivas e familiares que se entrelaçam e se fortalecem mutuamente. No caso de Mukasonga, sua escrita também surge como uma forma de resistência diante da dor, com o objetivo de preservar a memória de seu povo e impedir que as histórias trágicas vividas por seus entes queridos sejam esquecidas.

Para ela, o esquecimento representa uma nova forma de violência contra aqueles que foram brutalmente assassinados. Como afirma: “Quando você esquece, está matando as vítimas uma segunda vez” (MUKASONGA, 2023). A autora descreve a dor relatada em sua literatura como uma forma de despertar às pessoas que dormem diante das injustiças vividas pelas populações negras ruandesas. Mukasonga em uma entrevista abordou a importância de escrever sobre a tragédia que acometeu sua família expondo as seguintes palavras: “Eu escrevo sobre coisas trágicas e terríveis. Mas são essas coisas que também podem servir para acordar as pessoas quando elas estão quase dormindo achando que está tudo bem” (MOREIRA, 2018, *online*).

Com isso, o poder da escrita destaca a capacidade de romancistas africanas contemporâneas estabelecerem conexões, por meio das experiências compartilhadas com outras escritoras negras, e por meio disso, dialogarem sobre memórias traumáticas que as interligam. Aqui podemos citar, como um paralelo, as cartas redigidas<sup>35</sup> por Françoise Egá<sup>36</sup> para Carolina Maria de Jesus, que no contexto Françoise conta para Carolina, através da sua escrita, sua rotina como empregada doméstica e o racismo existente nas casas das senhoras francesas. Esse contexto continua a se manifestar nas dinâmicas das relações sociais cotidianas, evidenciando como o racismo e o sexismo operam simultaneamente na construção das experiências dessas mulheres africanas e afrodisporicas.

Na obra *Baratas*, autobiografia escrita por Scholastique Mukasonga, são retratadas com profundidade as dores da romancista, que se tornou uma testemunha à distância dos horrores do genocídio que dizimou grande parte de sua família. Trata-se de conflitos que se arrastavam há mais de quatro décadas culminaram em uma devastação em larga escala, e resultando no extermínio de milhares de hutus e tutsis moderados em 1994.

Dentro dessa realidade, segundo texto publicado no site da Organização das Nações Unidas (ONU), o estupro tem sido utilizado como arma de guerra em zonas de

<sup>35</sup> O livro escrito por Françoise Egá para Carolina Maria de Jesus tem como título “Cartas para uma Negra”.

<sup>36</sup> A trajetória de Françoise Ega (1920-1976), escritora martiniquense e ativista na França, ressoa na defesa dos direitos de negros e migrantes caribenhos, sendo um marco relevante para o nosso estudo.

conflito de 21 países. Na dimensão literária experienciada por Mvelo, o abuso que viria a sofrer ocorre justamente no momento em que sua mãe agoniza em decorrência do HIV/AIDS. A dor da perda da presença materna se entrelaça com a violência sofrida por Mvelo através do seu abusador que a violenta se aproveitando da posição que exercia, conforme descrito pela autora na impactante cena do abuso sexual que é perpetrado por um homem em quem Mvelo confiava: “Um fio da cor da vida deixou Mvelo pelas coxas até cair no assoalho” (NTSHINGILA, 2017, p. 18).

E, assim como o rio costura os caminhos pedregosos até alcançar seu destino, a história e a literatura vão tecendo os fios entre a realidade e a ficção, construindo narrativas que refletem e reinterpretem a experiência humana. Para evidenciar esse entrelaçamento, a representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, Zainab Bangura, declarou, por ocasião do lançamento do relatório anual do Secretário-Geral da ONU, o seguinte comentário: “Não importa se ela vem da Bósnia, da Colômbia, da Síria ou da África Central, a dor que a mulher que foi estuprada sente é a mesma”<sup>37</sup> (BANGURA, 2014, Online).

Duas décadas após o genocídio de Ruanda, mulheres sobreviventes continuam a denunciar os horrores que vivenciaram, seguindo os passos de autoras como Scholastique Mukasonga, cuja obra resgata as memórias das vítimas e evidencia a brutalidade dos eventos. Durante os massacres, nem crianças nem idosos foram poupados, sendo mortos com extrema violência por meio de instrumentos como martelos, pedaços de pau e outras armas improvisadas, frequentemente utilizadas contra membros da etnia tutsi. Além dessas brutalidades, os abusos sexuais estavam presentes e milhares de mulheres tutsis foram contaminadas pelo vírus HIV/AIDS.

Estes textos são fundamentais, pois neles se constroem as subjetividades das experiências vividas por mulheres negras que sofreram violência sexual, muitas das quais tiveram a infecção pelo vírus HIV/AIDS como consequência dessa violência. É relevante reiterar que, no decorrer da pesquisa, foi identificada uma significativa invisibilidade das narrativas das mulheres negras.

Essa omissão revela um silenciamento estrutural, que invisibiliza as especificidades das experiências dessas mulheres e perpetua a marginalização histórica e o apagamento de suas lutas e existências. Essa condição de saúde, associada à falta de

---

<sup>37</sup>É relevante destacar que o corpo da mulher negra figura como um dos principais alvos de violências doméstica e sexual. Essas violências são reforçadas por estruturas sociais pautadas no racismo e no machismo, que também contribuem para a hipersexualização da mulher negra. Para aprofundamentos futuros sobre a temática, recomenda-se a leitura do artigo Violência contra a mulher negra: do racismo ao estupro, de autoria de Cinthia da Silva Belonia.

informação e ao preconceito estrutural, resultou em um contexto de exclusão para indivíduos das classes subalternizadas, reforçando as desigualdades e limitando o acesso a direitos fundamentais. Em contextos marcados por políticas de extermínio, onde a vinculação de poder se torna evidente, as mulheres frequentemente são relegadas à condição de corpos vulneráveis, tornando-se alvos de violência e abusos sexuais.

Dentro de uma sociedade em que as mulheres se encontram subordinadas à opressão estrutural do sexismo, os homens, legitimados por normas sociais e sistêmicas, gozam de privilégios que os colocam sob a proteção de um sistema desigual. Em razão disso, eles se sentem autorizados a exercer domínio sobre os corpos femininos, agindo com a liberdade de dispor deles conforme desejarem.

Sílvio Marcus de Souza Correa (2023) menciona que muitas mulheres não expressavam o poder da memória através da fala devido aos seus traumas e a cultura de gênero. Durante o processo de construção do gênero em uma sociedade, as mulheres frequentemente ocupam o papel de serem silenciadas, o que as impede de manifestar o controle que exercem sobre seus corpos. Um dos fatores que contribuem para essa censura é o sentimento de culpa decorrente da violação de seus corpos sem o devido consentimento, o qual permeia todas as esferas de suas vidas.

Essas mulheres não apenas vivenciam a violência sexual, mas, além disso, milhares delas se veem incapazes de compartilhar a tragédia, nem mesmo com seus próprios familiares, devido à magnitude do trauma. Essa dinâmica social e psicológica que permeia as mulheres negras vítimas de abuso sexual está intrinsecamente relacionada ao impacto social do abuso, que afeta não apenas as vítimas, mas também suas famílias. Corrêa usa o termo "tríade violência, vergonha e humilhação" (CORREA, 2023, p. 86) para retratar que nesse contexto, a violência sexual deixa de ser apenas uma tragédia individual, configurando-se como uma experiência traumática de natureza coletiva.

A mulher negra vítima de estupro torna-se estigmatizada de forma permanente, e suas relações sociais e familiares sofrem transformações estruturais significativas. Esse estigma chega a tal ponto que, em um simples passeio, a vítima pode ser associada a outra pessoa, que também é alvo da violência simbólica que recai sobre quem foi abusada. Embora essas violências sejam distintas, ambas resultam em marcadores sociais de exclusão.

Enquanto a vítima tem seu corpo subjogado e anulado pelo abusador, a outra pessoa é estigmatizada como aquela que convive com a 'impura'. Corrêa, utilizando o relato da escritora nascida na Somália, Ayaan Hirsi Ali, que descreve sua experiência ao andar com mulheres vítimas de abusos sexuais em Ruanda, destaca que ouvira com frequência, por parte

de pessoas na rua, a seguinte frase: “Não convém ser vista com essa mulher. Ela é impura. Não começa a dizer que você também é” (CORRÊA, 2023, p. 86). Mulheres vítimas de abuso sexual eram frequentemente associadas a uma condição de condenação à morte, sendo retratadas como aquelas "que tinham sido vítimas de violência e estavam à beira da morte". Nesse contexto, essas mulheres negras acabavam por ser marginalizadas socialmente, carregando, muitas vezes, marcas permanentes da violência sexual a que foram submetidas.

### 3.4 MARIA DOS HUMILDES MENDES SÁ

“Imagens de sonhos em meus cadernos, Todas suas em todas, você. Mamãe, não sei por que me deixou tão sozinha. [...] Nunca contei a ninguém quanta falta sinto de você. E não aguento mais tanto silêncio. Vou começar a lhe escrever” (CÁRDENAS, 2010, p. 8).

Neste tópico, serão apresentadas minhas subjetividades enquanto mulher negra e órfã desde tenra idade, bem como a escrita enquanto ferramenta de resistência. Serão entrelaçadas as histórias de Zola e Mvelo com as vivências da minha mãe e com as minhas próprias lembranças. Com base na observação de Conceição Evaristo, que postula a relevância da escrita como instrumento de (re)existência, nota-se que, para a construção de *Um Defeito de Cor*, Ana Maria Gonçalves<sup>38</sup> empreendeu uma vasta pesquisa histórica sobre Luísa Mahin (YOUTUBE. CONCEIÇÃO EVARISTO. ESCREVIVÊNCIA, 2020, 3:35).

No entanto, diante da escassez de registros documentais, a autora optou pela ficcionalização como recurso narrativo, atribuindo vida e voz a uma figura historicamente silenciada. Movida pelo mesmo desejo de reconstruir a história de minha mãe, percorri o mesmo caminho trilhado por Ana Maria Gonçalves: recorrer à ficção para ressignificar as vivências de minha mãe falecida e durante o planejamento desta pesquisa, delimito como foco o contexto brasileiro na década de 1980, período marcado pela pandemia de HIV/AIDS e, tragicamente, pela morte de minha mãe, com o intuito de compreender os impactos sociais, históricos e afetivos que atravessam essa época.

Contudo, ao consultar sites de jornais e obras bibliográficas, não foram encontrados registros que mencionasse a vida daquelas mulheres que, naquele contexto específico, estavam adoecendo e sobrevivendo à margem da sociedade, silenciadas pela negligência histórica e institucional. Diante dessa ausência de registros, tornou-se necessário

---

<sup>38</sup>Caracteriza-se por uma produção literária que combina narrativas intimistas e quase autobiográficas com densa pesquisa sobre as heranças africanas no Brasil.

direcionar o olhar para a história de mulheres negras sul-africanas, que vivenciavam contextos semelhantes de dor, exclusão e resistência durante o mesmo período.

E como mencionado nos capítulos anteriores desta pesquisa, a escassez e, em muitos casos, o completo desaparecimento de fontes documentais contribuíram para a anulação e invisibilização das narrativas de mulheres negras, impedindo que suas histórias sejam contadas e reconhecidas como formas legítimas de resistência e resiliência na sociedade. Portanto, este capítulo tem como objetivo resgatar e expressar, por meio das minhas palavras, a história de vida da minha mãe, contribuindo para a valorização de sua memória e para o fortalecimento das narrativas de mulheres negras que morreram na pandemia HIV-AIDS, que assim como ela, tiveram suas histórias silenciadas.

O desejo por desenvolver esta pesquisa nasce, sobretudo, da ausência marcante e prematura de minha mãe, cuja partida conferiu novos sentidos à minha trajetória e motivou a busca por compreender e preservar histórias semelhantes. Os poucos registros que possuo de minha mãe não invalidam a trajetória de luta e resistência dessa mulher que, ainda jovem, deixou sua cidade natal na década de 1980 em busca de melhores condições de vida em outro município. Esses fragmentos de memória não apenas preservam sua história, como também contribuem para a construção de uma pesquisa voltada para visibilização das suas subjetividades como mulher negra.

Dentro desse escopo, abre-se uma possibilidade para recordar os acontecimentos que marcaram a breve existência de minha mãe. Como já foi elucidado ao longo deste trabalho, a literatura configura-se como uma ferramenta poderosa capaz de transpor elementos do mundo real para o universo ficcional. Assim, mesmo diante da escassez de memórias materiais e de objetos que remetem diretamente à sua presença, o ato de imaginar torna-se um exercício legítimo de reconstrução e resistência, permitindo-me recriar suas vivências no território da memória.

A autora Teresa Cárdenas,<sup>39</sup> em seu livro intitulado *Cartas para minha mãe*<sup>40</sup> retrata a vida de uma menina que, após a morte de sua mãe, passa a escrever-lhe cartas. Por meio dessa narrativa epistolar, o leitor acompanha os acontecimentos que marcam a vida da protagonista após a perda materna, bem como as fantasias e reconstruções afetivas que emergem em suas memórias e sonhos, nos quais a presença da mãe continua a se manifestar

---

<sup>39</sup> Teresa Cárdenas, escritora cubana e membra da Associação de Escritores da União de Escritores e Artistas de Cuba.

<sup>40</sup> “Cartas para a minha mãe” apresenta questões raciais do ponto de vista de uma menina órfã que se viu obrigada a morar com sua tia, primas que não gostavam dela.

simbolicamente. A partir daqui, serão expostas as minhas memórias reais ou fantasiosas a respeito da relação afetiva que tive brevemente ao lado da minha mãe, Maria dos Humildes.

### **3.4.1 Fragmentos da minha subjetividade na relação com minha mãe, vítima do HIV/AIDS em 1989**

A partir deste segmento, a pesquisa dedicar-se-á à exposição de minhas vivências enquanto mulher negra e órfã de uma figura materna. Sob minha ótica, as memórias pessoais serão entrelaçadas às experiências de Mvelo e Zola, tal como delineadas na dimensão literária da obra *Sem Gentileza*, de Futhi Ntshingila. Portanto, trago em mim reminiscências difusas, ainda que intensas, da minha relação com minha mãe, que faleceu em decorrência do HIV/AIDS no ano de 1989. São memórias fragmentadas, alojadas em camadas profundas do subconsciente, mas que resistem ao esquecimento com uma força quase simbólica.

Ao contrário de Mvelo que conviveu com sua mãe e cuidou dela durante todo o processo da doença, até o falecimento de Zola, eu não tive o privilégio de cultivar mais laços de amor e companheirismo com a minha mãe, pois, ela veio a morrer quando eu tinha apenas 4 anos. Mvelo tinha 14 anos, quando Zola “Inconscientemente sobre uma poça do sangue que tossiu durante a noite” (NTSHINGILA, 2016. p. 21), veio a falecer. Segundo os médicos, os fatores que contribuíram para a morte de Zola foram “subnutrição e complicações da AIDS” (NTSHINGILA, 2016, p. 21). Conforme os relatos de minha tia-mãe, minha mãe também enfrentou severas complicações decorrentes do HIV/AIDS, culminando em seu falecimento no ambiente domiciliar, assim como o ocorrido com Zola.

Contudo, além dos testemunhos orais de minha tia-mãe sobre as experiências vividas ao lado de sua irmã, minha mãe, enfrentando os sintomas de uma doença que, no contexto da época (1989), ainda era pouco compreendida pela medicina, especialmente no que se refere ao HIV/AIDS, também guardo, com particular nitidez emocional, a lembrança da coragem que minha mãe demonstrava diante das adversidades. Esse traço de bravura, mesmo sob minha limitada compreensão infantil, marcou-me profundamente. Em uma dessas memórias, ela me resgatou de um ambiente de abuso físico e psicológico em uma creche onde eu permanecia durante o dia, enquanto ela trabalhava em um hospital.

Naquela ocasião, segundo minha lembrança ainda difusa, era à noite quando ela chegou, escutou meus gritos e imediatamente confrontou a responsável pela instituição. A intensidade daquele conflito verbal foi suficiente para que eu nunca mais retornasse àquele

lugar. Esse gesto, ainda que envolto em névoas temporais, revela a dimensão protetora de seu afeto e sua postura intransigente diante da violência contra mim.

Outra lembrança irrompe: mesmo já debilitada pelas consequências da enfermidade que a acometia diariamente, e com as visitas hospitalares convertidas em rotina familiar, vislumbro vagamente sua presença protetora. Em um dia de casa cheia, recordo sua intervenção ao me resguardar de um pronunciamento, provavelmente ofensivo, dirigido a mim, então com apenas quatro anos de idade.

De forma análoga, na esfera literária, Zola exercia sobre Mvelo uma proteção que transcendia a mera provisão material: “No caminho de casa, Zola parou em spaza e usou o último dinheiro que tinha para comprar um pacote de Oreo.” (NTSHINGILA, 2016. p. 14), estendendo-se a um zelo afetivo profundo. Essa dinâmica afetiva igualmente se processava em sessões de narrativa oral que versavam sobre as vivências de suas companheiras durante o regime do apartheid, com o propósito de resgatar e fortalecer suas memórias: “Você se lembra da Khanyisile, minha amiga que trabalhava no bar Skwiza? Foi mais ou menos na época em que as antigas escolas começaram a aceitar crianças brancas” (NTSHINGILA, 2016, p. 14), e consequentemente se tornaram momentos de trocas de sorrisos para ambas: “Zola tentou imitar o sotaque delas e Mvelo também começou a rir. Ela derramou chá quente no colo, deu um pulo, e as duas explodiram em gargalhadas mais uma vez” (NTSHINGILA, 2016. p. 15).

Tal paralelismo afetivo transcende as camadas cronológicas e realistas, ressoando em minha subjetividade, cuja narrativa existencial se apresenta inscrita na minha própria pele. Contudo, essa inscrição é permeada por uma intrínseca fragilidade: à semelhança de uma tempestade que devasta um lar outrora preenchido de afeto, reduzindo-o ao vazio, as memórias se manifestam como letras que se esvaem, tal qual a tinta de uma caneta prestes a findar.

Um novo fragmento memorialístico surge: aquele da última, ou talvez única, jornada que compartilhamos. Em uma sucessão de *flashes*, a vejo sentada na poltrona do ônibus, embora sua figura permaneça borrada, definida apenas pelos feixes de luz solar que adentravam pela janela, obscurecidos pelas cortinas. Não recordo pormenores de sua indumentária ou da fragrância de sua pele na ocasião. Todavia, essa viagem é materializada por uma fotografia minha, que mantenho guardada até hoje.

Essas pequenas memórias, que emergem involuntariamente, compõem um mosaico íntimo de minha subjetividade e são centrais na construção da imagem materna que conservo. Convertidas em narrativa, essas experiências atuam como um substrato para desvelar o percurso de minha genitora, suas dores e, notadamente, a resiliência por ela

manifesta ao se manter como mãe solo em meio a uma sociedade racista e no cenário da pandemia de HIV/AIDS.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa podemos observar brevemente que o fenômeno do racismo, inicialmente disseminado pelo processo colonial, conseguiu se institucionalizar em todas as esferas do tecido social. A partir de suas ramificações, observou-se a deliberação de um arcabouço sistêmico que culminou na constituição de uma verdadeira máquina de extermínio de corpos negros. Na África do Sul, o *apartheid* se configura como um instrumento de supressão de direitos, culminando na aniquilação do outro. Esse "outro" se manifesta na forma como o sujeito branco o percebe, neste caso, o africâner. Inserido em uma ideologia segundo a qual a terra se concretizava como o “reino de Deus”, qualquer indivíduo considerado diferente era visto como uma ameaça, alguém que contaminava esse jardim idealizado.

Achille Mbembe emprega o conceito “necropolítica” para descrever a maneira como o poder estatal é exercido com o intuito de decidir quem deve viver e quem deve morrer dentro de uma sociedade. No contexto do regime segregacionista na África do Sul, essa lógica se manifesta por meio do uso da máquina estatal para propagar um discurso que reforçava estereótipos, institucionalizou a segregação em múltiplas formas e implementou políticas que inviabilizavam a existência da população negra sul-africana.

A pesquisa concentrou-se nas consequências do *apartheid*, dentre as quais se destaca a propagação do HIV/AIDS. Esse processo teve impactos profundos na vida de milhares de mulheres sul-africanas, cujos corpos carregam, até hoje, as marcas físicas e simbólicas deixadas pela pandemia HIV-AIDS. Como consequência, milhares de vidas foram sistematicamente ceifadas. Trata-se de uma dinâmica que, ao invisibilizar direitos, também silencia vozes e impede que as histórias de mulheres negras sejam reconhecidas e contadas.

Contudo, a Literatura e a História estão intrinsecamente conectadas. Historiadoras como Sandra Jatahy Pesavento destacam que ambas possuem o potencial de articular percepções sobre as subjetividades de uma determinada sociedade. A união dessas disciplinas enriquece e amplia a escrita sobre vivências silenciadas, permitindo que, por meio das narrativas, vozes outrora apagadas ultrapassem as fronteiras do tempo e do espaço. A partir desse ponto, abre-se um leque de possibilidades para que romancistas negras façam do papel e da caneta armas de resistência contra o racismo e o apagamento de suas histórias.

Autoras como Conceição Evaristo, Vilma Piedade e Scholastique Mukasonga, entre tantas outras romancistas negras, escrevem sobre as dores e as experiências, individuais e coletivas, vivenciadas por mulheres negras. Por meio da escrita, essas autoras encontraram uma forma de preservar suas memórias e resgatar a lembrança de pessoas cujas vidas foram

apagadas por genocídios, processos de segregação racial e pela escassez de fontes históricas que reconheçam a relevância de suas existências.

Com o objetivo de resgatar as experiências de mulheres negras que morreram durante a pandemia do HIV/AIDS, esta pesquisa analisou o livro “Sem Gentileza” da autora Futhi Ntshingila, buscando traçar as relações de maternidade vividas pelas personagens, especialmente à medida que uma delas enfrentava a certeza da brevidade da vida, pois carregava em seu corpo o vírus HIV/AIDS. A outra, por sua vez, além de viver em condições insalubres e não dispor de meios para se alimentar adequadamente, carregava em seu ventre um bebê fruto de um abuso sexual, enquanto lidava com a certeza de que sua mãe estava prestes a morrer.

Ao longo da análise, foi possível traçar um paralelo entre as histórias reveladas pelas personagens Zola e Mvelo e as subjetividades da minha mãe, vítima da pandemia de HIV/AIDS na década de 1980. Por meio das minhas lembranças, busquei dar voz ao que foi apagado pelo tempo e, sobretudo, pela invisibilidade imposta às mulheres negras, uma das faces mais cruéis do racismo.

Dessa forma, observamos que é fundamental destacar a importância de dar voz às mulheres negras sul-africanas que, ao longo das décadas, foram obrigadas a viver sob a opressão do racismo. Por meio desse sistema institucionalizado, tornaram-se vítimas de uma estrutura que segrega seres humanos com o objetivo de desumanizar seus corpos e, assim, legitimar a negação de direitos básicos e civis.

## FONTES

NTSHINGILA, FUTHI. **SEM GENTILEZA**. 3. ED. PORTO ALEGRE; SÃO PAULO: DUBLINENSE, 2017.

MUKASONGA, SCHOLASTIQUE. **BARATAS**. SÃO PAULO: NÓS, 2018.

MUKASONGA, SCHOLASTIQUE. **A MULHER DOS PÉS DESCALÇOS**. SÃO PAULO: NÓS, 2017.

CORREA, SÍLVIO MARCUS DE SOUZA. SILÊNCIO ATORDOANTE. DOS RELATOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL EM CONTEXTO DE GUERRA CIVIL AO DEVER DE MEMÓRIA. **EX ÆQUO**, [S. L.], N. 47, P. 81-97, 2023.

## REFERÊNCIAS

AKINYEMI, Aaron. O país onde 48 mulheres são estupradas a cada hora. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48225486>. Acesso em: 07/03/2025

BOUET, Louise. AIDS As A Weapon Of War: The Trauma Of The Rwandan Genocide. Disponível em: [www.humanrightspulse.com/mastercontentblog/aids-as-a-weapon-of-war-the-trauma-of-the-rwandan-genocide](http://www.humanrightspulse.com/mastercontentblog/aids-as-a-weapon-of-war-the-trauma-of-the-rwandan-genocide). Acesso em:

CANOFRE, Fernanda. **‘O racismo continua lá e ainda precisamos falar sobre ele’, diz escritora sul-africana**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-racismo-continua-la-e-ainda-precisamos-falar-sobre-ele-diz-escritora-sul-africana>. Acesso em: 24/08/2024

CÁRDENAS, Teresa. **Cartas para a minha mãe**. Rio de Janeiro: Pallas, 2010.

CARVALHO, Alexandre. Apartheid: o racismo legalizado. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/apartheid-o-racismo-legalizado>. Acesso em:

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: UNIFEM, 2004.

COSTA, Renata. O que foi o Apartheid na África do Sul? Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/302/o-que-foi-o-apartheid-na-africa-do-sul>. Acesso em: 30/09/2024

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrivivência: a escrita de nós: Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação & Arte, 2020. p. 27-47.

EXAME. África do Sul tem o maior número de infectados pelo HIV no mundo. Disponível em: <https://exame.com/mundo/africa-do-sul-tem-o-maior-numero-de-infectados-pelo-hiv-no-mundo-575086>. Acesso em: 05/08/2024

FRANÇA JUNIOR, Ivan; DORING, Marlene; STELLA, Isete Maria. Crianças órfãs e vulneráveis pelo HIV no Brasil: onde estamos e para onde vamos? **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, 2006. p. 23-30.

GUZZO, Morgani. Entrevista com Conceição Evaristo: a escrevivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira. Portal Geledés. Disponível em: [www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-das-mulheres-negras-reconstrói-a-historia-brasileira](http://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-das-mulheres-negras-reconstrói-a-historia-brasileira). Acesso em:

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. 2. ed. rev. São Paulo: Selo Negro, 2008

LEITE, Rodrigo. África do Sul bate recorde de estupros: país tem a maior incidência de abusos contra mulheres no mundo, apesar da redução da criminalidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 dez. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft031201.htm>. Acesso em: 11 jun. 2025.

MAÚNGUE, Hélio Bento. “Mulher moçambicana: cultura, tradição e questões de gênero na feminização do HIV/SIDA”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 1, e68328, 2020

MOREIRA, Carlos André. Scholastique Mukasonga: "Quando você esquece, está matando as vítimas uma segunda vez". Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2018/11/scholastique-mukasonga-quando-voce-esquece-esta-matando-as-vitimas-uma-segunda-vez-cjp345dgt00f701mty3n3f5gn.html>. Acesso em:

POSEL, Deborah. A controvérsia sobre a aids na África do sul: marcas da política de vida e morte no Pós-Apartheid. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 34, p. 39-66, 2006.

ROZÉ, Simon. 'Propagação do HIV entre meninas na África é uma crise da desigualdade de gênero', diz ONU. Disponível: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/12/01/propagacao-do-hiv-entre-meninas-na-africa-e-uma-crise-da-desigualdade-de-genero-diz-onu.ghtml>. Acesso em:

SILVA, Natali Fabiana da Costa. Julián Fuks e a imprescindível arte de resistir. **Letras**, Macapá, v. 8, n. 3, 2º sem., 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras>. Acesso em: 3 jun. 2025.

SWARTBOOI, Nkosikhona. **Projeto Heróis Girafas — #StickYourNeckOut pelo Bem Comum**. [S. l.]: [s. n.], [entre 2018 e 2024]. Disponível em: Nkosikhona Swartbooi - Projeto Heróis Girafas pelo Bem Comum. Acesso em: 25/02/2025

UNICEF. **Uma criança foi infectada com HIV a cada dois minutos em 2020**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/160920-uma-crian%C3%A7a-foi-infectada-com-hiv-cada-dois-minutos-em-2020>. Acesso em:

VALADÃO, Robson Cabral. *et al.* A pandemia de HIV/AIDS no Brasil, de 1980 aos dados do Boletim Epidemiológico de 2022. **Ciências da Saúde**, v. 27, n. 122, 8 mai. 2023. DOI:

10.5281/zenodo.7916114. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-pandemia-de-hiv-aids-no-brasil-de-1980-aos-dados-do-boletim-epidemiologico-de-2022>. Acesso em:

VERIANO. **Construindo o Futuro: O APARTHEID**. 2012. Disponível em: <https://matheusmiller1999.blogspot.com/2012/05/o-apartheid.html>. Acesso em: 27 jun. 2025.

YOUTUBE. As origens e o legado da luta contra o apartheid na África do Sul. Canal Nexo Jornal. 9:40min. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=d7elBP-bCIQ&t=1s](http://www.youtube.com/watch?v=d7elBP-bCIQ&t=1s). Acesso em:

YOUTUBE. Conceição Evaristo. Escrivência. Canal Leituras Brasileiras. 23:17min. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY](http://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY). Acesso em:

YOUTUBE. Desigualdade Global - Capítulo 4: África do Sul. Canal Folha de S. Paulo. 19:18min. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=My0HIKZqyXc](http://www.youtube.com/watch?v=My0HIKZqyXc). Acesso em:

YOUTUBE. O Apartheid na África do Sul. Canal Vogalizando a História. 18:04min. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=CWObUZZgsL8](http://www.youtube.com/watch?v=CWObUZZgsL8). Acesso em:

YOUTUBE. Sem Censura. Conceição Evaristo faz relato sobre suas vivências e comenta a "escrevivência". 5:56 min. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=iHp\\_qWaS3IY](http://www.youtube.com/watch?v=iHp_qWaS3IY). Acesso em:

YOUTUBE. The Crisis of AIDS in África. Canal Institute of Politics Harvard Kennedy School. 2:01:35min. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=ftmEp9ztRtw](http://www.youtube.com/watch?v=ftmEp9ztRtw). Acesso em:

YOUTUBE. Viva África. Como os sul-africanos combatem a AIDS? Canal: Jornalismo TV Cultura. 3:57min. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=0DJL8i\\_HI8c](http://www.youtube.com/watch?v=0DJL8i_HI8c). Acesso em:

YOUTUBE. Viva África. Heranças do Apartheid. Canal Jornalismo TV Cultura. 4:38min. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=6OzFotOowXc](http://www.youtube.com/watch?v=6OzFotOowXc). Acesso em:

YOUTUBE. Viva África. Os contrastes africanos. Canal Jornalismo TV Cultura. 4:27min. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=xX7eg7T5uNk](http://www.youtube.com/watch?v=xX7eg7T5uNk). Acesso em:

[Museu do Apartheid | História | Johannesburg | Museus | Atrações | Cultura | Família | Pessoas | Gauteng | Cultura vibrante \(BR\) \(southafrica.net\)](#)